

Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

SAÚDE, ENSINO, PESQUISA E INOVAÇÃO

Demonstrações Contábeis Intermediárias

1º Trimestre de 2023

SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL (BP).....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (DR)	5
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)	6
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL).....	8
NOTAS EXPLICATIVAS (NE)	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	10
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12
5. VALORES A RECEBER – SUS	12
6. SUBVENÇÃO DE CUSTEIO A RECEBER	12
7. ADIANTAMENTOS E CRÉDITOS A RECEBER	13
8. ESTOQUES.....	14
9. DEPÓSITOS JUDICIAIS	15
10. IMOBILIZADO.....	16
10.1 BENS MÓVEIS	16
10.2 BENS IMÓVEIS	16
10.3 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E IMPAIRMENT DO IMOBILIZADO.....	17
11. INTANGÍVEL	17
12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	17
13. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	18
14. RETENÇÕES DE IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E OUTRAS RETENÇÕES	18
15. OBRIGAÇÕES TRANSITÓRIAS.....	19
16. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO A PAGAR.....	20
17. RECEITA DIFERIDA – SUBVENÇÕES	20
18. CONTINGÊNCIAS PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS	21
19. CAPITAL SOCIAL	22
20. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC	22
21. PREJUÍZOS ACUMULADOS.....	22
21.1 PREJUÍZOS ACUMULADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	22
21.2 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	22
21.3 RESULTADO DO EXERCÍCIO	23
22. RECEITA BRUTA	23
23. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS.....	23
24. DESPESA COM PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS	23
24.1 REMUNERAÇÃO A PESSOAL	23
24.2 ENCARGOS PATRONAIS	23
24.3 BENEFÍCIOS A PESSOAL	23
24.4 OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS	24
25. USO DE MATERIAL DE CONSUMO	24
26. SERVIÇOS TOMADOS	25
27. DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E IMPAIRMENT	25
28. PERDAS INVOLUNTÁRIAS E DESFAZIMENTOS	25
29. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	26
30. OUTRAS DESPESAS	26
31. RECEITAS FINANCEIRAS	26
32. DESPESAS FINANCEIRAS	26
33. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL	27
34. RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	27
35. RESULTADO DO PERÍODO	27
36. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	27
36.1 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	27
36.2 PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO	29
36.3 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	29
37. CONCILIAÇÃO CONFORME ACÓRDÃO Nº 2016/2006 – TCU.....	30
37.1 CONSIDERAÇÕES RELACIONADAS AO ATIVO.....	30
37.2 CONSIDERAÇÕES RELACIONADAS AO PASSIVO.....	30
37.3 CONSIDERAÇÕES RELACIONADAS AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31
37.4 CONSIDERAÇÕES RELACIONADAS À DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	31

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Prezados (as) Senhores (as),

A Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, conforme inciso VII, do art. 55 do Estatuto Social da EBSERH, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 16 de agosto de 2022, submete ao exame e deliberação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras Intermediárias e Notas Explicativas referentes à situação patrimonial e financeira no período findo em 31 de março de 2023.

Com o objetivo de atender o disposto no art. 87 do Estatuto Social da EBSERH, as Demonstrações Financeiras Intermediárias foram elaboradas com base na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações).

A EBSERH tem por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, pesquisa e extensão, ensino-aprendizagem e formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição, a autonomia universitária.¹

Nesse sentido, a EBSERH tem por competência exercer o disposto no art. 4º, da Lei 12.550, de 15 de dezembro de 2016, a saber:

- I - Administrar unidades hospitalares, bem como prestar serviços de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, no âmbito do SUS;
- II - Prestar às instituições federais de ensino superior e a outras instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, mediante as condições que forem fixadas em seu estatuto social;

III - apoiar a execução de planos de ensino e pesquisa de instituições federais de ensino superior e de outras instituições congêneres, cuja vinculação com o campo da saúde pública ou com outros aspectos da sua atividade torne necessária essa cooperação, em especial na implementação das residências médica, multiprofissional e em área profissional da saúde, nas especialidades e regiões estratégicas para o SUS;

IV - Prestar serviços de apoio à geração do conhecimento em pesquisas básicas, clínicas e aplicadas nos hospitais universitários federais e a outras instituições congêneres;

V - Prestar serviços de apoio ao processo de gestão dos hospitais universitários e federais e a outras instituições congêneres, com implementação de sistema de gestão único com geração de indicadores quantitativos e qualitativos para o estabelecimento de metas; e

VI - Exercer outras atividades inerentes às suas finalidades, nos termos do seu estatuto social.”

Seguindo as premissas legais, foram definidas a missão e a visão da Empresa. A missão da EBSERH é oferecer serviço médico-hospitalar de referência, como integrante da rede de atenção hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de ensino-aprendizagem para formação de profissionais de saúde. Como visão, ser excelência em educação e saúde, com foco na competência, conhecimento, credibilidade, criatividade, ética, inovação, integridade, responsabilidade social e transparência nas suas relações com os usuários, clientes e parceiros.

Nesse ambiente, as Demonstrações Contábeis consideram as características de constituição da EBSERH e os atos e fatos que ensejaram os lançamentos por cada unidade hospitalar, sendo seus registros contábeis de responsabilidade das equipes envolvidas e atuantes em cada local. Dessa forma, sempre que necessário, as demonstrações devem ser analisadas em conjunto com outros documentos disponíveis nos diversos setores responsáveis pela execução e lançamento dos eventos contabilizados.

¹ Art. 3º, da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011.

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

Em Reais

ATIVO	NOTA	31.03.2023	31.12.2022
Circulante		2.940.768.397,63	1.690.017.716,33
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	821.258.521,79	1.147.824.718,50
Valores de Curto Prazo - SUS	5	6.647.951,60	8.965.001,67
Subvenção de Custeio a Receber	6	1.553.036.478,81	-
Adiantamentos e Créditos a Receber	7	134.209.272,26	144.727.860,82
Estoques	8	425.616.173,17	388.500.135,34
Não Circulante		925.617.875,08	848.677.488,52
Valores de Longo Prazo - SUS	5	7.878.810,40	9.147.438,99
Depósitos Judiciais	9	33.558.728,06	29.822.559,25
Imobilizado	10	822.187.882,95	748.290.924,19
Bens Móveis	10.1	854.470.988,75	786.521.764,10
Depreciação de Bens Móveis	10.3	(190.921.362,03)	(177.100.098,25)
Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	10.3	(7.197.639,37)	(7.241.668,49)
Bens Imóveis	10.2	165.883.050,32	146.220.362,15
Depreciação de Bens Imóveis	10.3	(47.154,72)	(109.435,32)
Intangível	11	61.992.453,67	61.416.566,09
Direito de Uso de Bens Imóveis	11	30.922.045,42	25.483.770,47
Softwares	11	59.163.864,80	58.212.066,44
Amortização de Bens Intangíveis	11	(25.438.313,55)	(19.624.127,82)
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	11	(2.655.143,00)	(2.655.143,00)
Total do Ativo		3.866.386.272,71	2.538.695.204,85

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Em Reais

PASSIVO	NOTA	31.03.2023	31.12.2022
Circulante		1.320.602.975,43	1.612.928.249,56
Obrigações Trabalhistas a Pagar	12	1.010.835.847,09	1.387.474.902,19
Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo	13	103.291.817,40	130.073.647,11
Retenções de Impostos e Contribuições	14	38.080.161,12	40.156.363,79
Obrigações Transitórias de Curto Prazo	15	158.848.496,87	43.601.569,62
Arrendamentos de Curto Prazo	16	9.546.652,95	11.621.766,85
Não Circulante		2.507.788.104,42	1.202.853.597,86
Receita Diferida - Subvenções	17	2.059.718.796,12	740.227.444,60
Arrendamentos e Longo Prazo	16	14.078.776,26	13.862.003,62
Contingência Para Indenizações Trabalhistas	18	392.967.516,89	400.823.173,84
Contingência Para Indenizações Cíveis	18	41.023.015,15	47.940.975,80
Patrimônio Líquido		37.995.192,86	(277.086.642,57)
Capital Social Realizado	19	681.560.045,66	681.560.045,66
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC	20	296.315.016,40	243.593.865,39
Prejuízos Acumulados	21	(939.879.869,20)	(1.202.240.553,62)
Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	21.1	(1.202.240.553,62)	(747.651.643,12)
Ajustes de Exercícios Anteriores	21.2	286.670.792,77	-
Resultado do Exercício	21.3	(24.310.108,35)	(454.588.910,50)
Total do Passivo		3.866.386.272,71	2.538.695.204,85

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (DR)

Em Reais

Descrição	Nota	01.01.2023 a 31.03.2023	01.01.2022 a 31.03.2022
Receita Bruta	22	22.859.263,62	27.401.010,90
Receita com Serviços		22.859.263,62	27.401.010,90
Receita de Serviços e Exploração		22.859.263,62	27.401.010,90
Receita Operacional Líquida		22.859.263,62	27.401.010,90
Resultado Bruto		22.859.263,62	27.401.010,90
Despesas Operacionais		(2.407.868.232,94)	(2.034.227.855,96)
Despesa com Pessoal, Encargos e Benefícios	24	(1.685.202.699,72)	(1.414.495.284,27)
Remuneração a Pessoal	24.1	(1.204.480.791,82)	(958.107.238,81)
Encargos Patronais	24.2	(390.396.005,20)	(333.656.271,54)
Benefícios a Pessoal	24.3	(90.240.422,15)	(83.738.049,23)
Outras Despesas com Pessoal e Encargos	24.4	(85.480,55)	(38.993.724,69)
Despesa Gerais e Administrativas		(698.956.836,04)	(602.638.490,38)
Uso de Material de Consumo	25	(361.194.574,95)	(273.770.891,34)
Serviços Tomados	26	(337.762.261,09)	(328.867.599,04)
Despesa com Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis		(23.010.051,78)	(16.178.590,98)
Depreciação, Amortização e <i>Impairment</i>	27	(19.389.803,04)	(13.278.672,01)
Perdas Involuntárias e Desfazimentos	28	(3.620.248,74)	(2.899.918,97)
Despesas Tributárias	29	(498.272,25)	(510.539,76)
Impostos, Taxas e Contribuições		(498.272,25)	(510.539,76)
Outras Despesas	30	(200.373,15)	(404.950,57)
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		(2.385.008.969,32)	(2.006.826.845,06)
Resultados Financeiros		172.234,06	741.286,30
Receitas Financeiras	31	379.733,42	1.017.320,64
Despesas Financeiras	32	(207.499,36)	(276.034,34)
Resultado Antes da Subvenção do Tesouro Nacional		(2.384.836.735,26)	(2.006.085.558,76)
Subvenção Governamental	33	2.360.526.626,91	1.959.041.916,10
Subvenção do Tesouro Nacional		1.937.765.595,57	1.536.420.435,55
Subvenção de Custeio SUS		422.761.031,34	422.621.480,55
Resultado Antes da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	34	(24.310.108,35)	(47.043.642,66)
Provisão para Contribuição Social		-	-
Resultado Antes do Imposto de Renda	34	(24.310.108,35)	(47.043.642,66)
Provisão para Imposto de Renda		-	-
Resultado do Período	35	(24.310.108,35)	(47.043.642,66)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

Em Reais

Descrição	01.01.2023 a 31.03.2023	01.01.2022 a 31.03.2022 (Reapresentado, vide Nota 3)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado do Período	(24.310.108,35)	(47.043.642,66)
Depreciação e Amortização	19.573.168,91	13.168.613,32
Direito de Uso - Contrato de Arrendamento	-	21.268.863,95
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	(26.087,41)
Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	(44.029,12)	-
Resultado do Exercício Ajustado	(4.780.968,56)	(12.632.252,80)
Variações Patrimoniais		
	(278.646.051,77)	24.801.208,93
Subvenção de Custeio SUS a Receber	(1.553.036.478,81)	(1.266.302.967,91)
Valores de Curto Prazo - SUS	2.317.050,07	1.059.327,22
Adiantamentos e Créditos a Receber	10.518.588,56	(21.826.793,14)
Estoques	(37.116.037,83)	22.699.517,85
Valores de Longo Prazo - SUS	1.268.628,59	631,60
Depósitos Judiciais	(3.736.168,81)	2.554.620,84
Obrigações Trabalhistas a Pagar	(376.639.055,10)	32.499.392,14
Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo	(26.781.829,71)	28.886.921,79
Retenções de Impostos e Contribuições	(2.076.202,67)	(1.561.788,05)
Obrigações Transitórias de Curto Prazo	115.246.927,25	(10.239.888,56)
Subvenção a Realizar	1.319.491.351,52	1.241.151.530,75
Contingência para Indenizações Trabalhistas	(7.855.656,95)	-
Contingência para Indenizações Cíveis	(6.917.960,65)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos	-	15.773,48
Ajustes de Exercícios Anteriores	286.670.792,77	(4.135.069,08)
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(283.427.020,33)	12.168.956,13
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Adição de Imobilizado	(87.611.912,82)	(57.194.508,54)
Adição de Intangível	(951.798,36)	(2.682.105,36)
Direito de Uso Bens - Contrato de Arrendamento	(5.438.274,95)	(8.010.059,79)
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(94.001.986,13)	(67.886.673,69)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC	52.721.151,01	47.772.294,89
Contratos de Arrendamento a Pagar	(1.858.341,26)	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	50.862.809,75	47.772.294,89
Apuração do Fluxo de Caixa do Período		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(326.566.196,71)	(7.945.422,67)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.147.824.718,50	885.657.238,94
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	821.258.521,79	877.711.816,27

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

Em Reais

Descrição	01.01.2023 a 31.03.2023	01.01.2022 a 31.03.2022
Geração de Valor Adicionado		
1 - Receitas	22.859.263,62	27.401.010,90
1.1 - Atividades Operacionais	22.859.263,62	27.401.010,90
1.1.1 - Receita de Serviços e Exploração	22.859.263,62	27.401.010,90
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros	713.289.611,79	614.551.077,14
2.1 - Materiais de Consumo	361.194.574,95	273.770.891,34
2.2 - Energia Elétrica, Água, Esgoto e Gás	29.707.069,28	36.455.031,77
2.3 - Serviços de Terceiros	322.387.967,56	304.325.154,03
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	(690.430.348,17)	(587.150.066,24)
4 - Depreciação, Amortização, Impairment e Perdas	23.010.051,78	16.178.590,98
4.1 - Depreciação do Período	13.754.343,32	11.804.335,92
4.2 - Amortização do Período	5.635.459,72	1.469.566,66
4.3 - Redução ao Valor Recuperável - Impairment	-	4.769,43
4.4 - Perdas Involuntárias e Desfazimentos	3.620.248,74	2.899.918,97
5 - Valor Adicionado Líquido (3-4)	(713.440.399,95)	(603.328.657,22)
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	2.382.730.599,27	1.980.689.917,73
6.1 - Repasses e Cotas Financeiras	2.352.632.308,35	1.868.337.190,91
6.2 - Receitas Financeiras	379.733,42	1.017.320,64
6.3 - Outras	29.718.557,50	111.335.406,18
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	1.669.290.199,32	1.377.361.260,51
8 - Distribuição do Valor Adicionado	1.669.290.199,32	1.377.361.260,51
8.1 - Remuneração do Trabalho	1.685.714.918,84	1.414.986.222,48
8.1.1 - Pessoal e Diárias	1.229.361.443,07	1.020.703.050,54
8.1.2 - Encargos	456.353.475,77	394.283.171,94
8.2 - Remuneração do Governo	705.771,61	775.015,02
8.2.1 - Impostos, Taxas, Contribuições, Multas e Juros	705.771,61	775.015,02
8.3 - Remuneração do Capital de Terceiros	7.179.617,22	8.643.665,67
8.3.1 - Locação	7.179.617,22	8.643.665,67
8.4 - Remuneração de Capital Próprio	(24.310.108,35)	(47.043.642,66)
8.4.1 Resultado do Período	(24.310.108,35)	(47.043.642,66)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em Reais

Descrição	01.01.2023 a 31.03.2023	01.01.2022 a 31.03.2022
1 Resultado do Exercício	(24.310.108,35)	(47.043.642,66)
2 Outros Resultados Abrangentes	-	15.773,48
2.1 Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	15.773,48
3 Resultado Abrangente do Período	(24.310.108,35)	(47.027.869,18)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

Em Reais

Componentes	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital - AFAC	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais em 31/12/2021	562.503.264,72	133.905.374,31	-	(747.651.643,13)	(51.243.004,10)
Resultado Líquido do Período	-	-	-	(47.043.642,66)	(47.043.642,66)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	-	47.772.294,89	-	-	47.772.294,89
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	15.773,48	-	15.773,48
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	(4.135.069,08)	(4.135.069,08)
Saldos Finais em 31/03/2022	562.503.264,72	181.677.669,20	15.773,48	(798.830.354,87)	(54.633.647,47)

Componentes	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital - AFAC	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais em 31/12/2022	681.560.045,66	243.593.865,39	-	(1.202.240.553,63)	(277.086.642,58)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	(24.310.108,35)	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	-	52.721.151,01	-	-	-
Compensação do Prejuízo	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	286.670.792,77	-
Integralização de AFAC ao Capital Social	-	-	-	-	-
Saldos Finais em 31/03/2023	681.560.045,66	296.315.016,40	-	(939.879.869,21)	37.995.192,85

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS (NE)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (“EBSERH” ou “Empresa”) é uma empresa pública de capital fechado, com sede em Brasília, no Distrito Federal, no Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 9, Edifício Parque Cidade Corporate, Bloco C, 1º ao 3º pavimento, CEP 70308-200. É vinculada ao Ministério da Educação, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e administrada exclusivamente pelo poder público, com capital social subscrito e integralizado 100% pela União.

A EBSERH é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e, portanto, sujeita ao arcabouço legal, sistemas e controles postos para a Administração Pública Federal. Conforme a legislação nacional em vigor, rege-se pela Lei nº 12.550/11 (lei de criação da Empresa) e pela Lei nº 6.404/76 (lei das sociedades por ações), bem como pelo seu Estatuto Social e pelas demais normas vigentes que lhe sejam aplicáveis. Por se tratar de uma empresa estatal dependente, está sujeita tanto às normas de direito público, quanto às de direito privado. Assim, para o registro e avaliação das Demonstrações Contábeis são observadas a legislação societária, a legislação aplicada ao Setor Público, a legislação fiscal de âmbito Federal, Estadual e Municipal, além das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil (RFB) e das Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Empresa foi criada em 2011 como resposta do Governo Federal às questões e deficiências de gestão dos Hospitais Universitários Federais, apontadas nos acórdãos 1.520/2006, 2.813/2009 e 2.681/2011 do Tribunal de Contas da União (TCU). Dentre outros, constam apontamentos relativos à necessidade de substituição dos contratos de mão de obra preconizados por servidores públicos concursados, reestruturação física e tecnológica, desvinculação administrativa das fundações de apoio, adoção de controle de custos, revisão da contratualização de serviços junto ao Sistema Único de Saúde (SUS) e adoção de soluções informatizadas de apoio à gestão.

A assunção da gestão dos Hospitais Universitários Federais com a EBSERH é firmada por meio da celebração de contratos de gestão com as Universidades Federais a que estão vinculadas as unidades hospitalares. Atualmente, a EBSERH possui contratos firmados para a gestão de 41 (quarenta e um) Hospitais Universitários Federais (HUF), de 34 (trinta e quatro) Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), conforme mapa a seguir:



Fonte: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/sobre-os-hospitais-universitarios-federais>

A transição da gestão dos hospitais para a EBSERH é realizada segundo as condições firmadas em cada instrumento contratual e, no que concerne à constituição fiscal das unidades filiadas, encontra-se em diferentes estágios, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 – Evolução de unidades hospitalares com Execução Orçamentária e Financeira.

Assinatura de Contrato de Gestão	Unidade EBSERH com Abertura de CNPJ	Quantidade de Empregados	Exercícios Financeiros	Execução Orçamentária e Financeira
41*	39	30.045	2018	18
		32.090	2019	20
		36.732	2020	37
		38.545	2021	38
		39.922	2022	39
		41.967	1º Tri 2023	39

*Foi providenciada a abertura de Cadastros Nacionais de Pessoas Jurídicas (CNPJ) para 41 (quarenta e uma) unidades hospitalares com contrato de gestão com a EBSERH, sendo que, em 3 (três) casos as unidades foram reunidas em Complexos Hospitalares de Saúde, com 2 (dois) hospitais em cada complexo, por isso a redução no número de CNPJ em face ao quantitativo de unidades com contrato. São 39 (trinta e nove) CNPJ de Hospitais Universitários filiais, mais o CNPJ matriz.

O processo de transição ao qual o HUF deve se submeter ao se tornar gestão EBSERH é determinado por intermédio do contrato de adesão à Rede.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis e as normas internacionais de relatório financeiro IFRS (*International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como com as práticas e normas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e normas contábeis adotadas no Brasil compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como demais normas aplicáveis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Gerais (NBC TG) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP).

As Demonstrações Contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A EBSERH que, como entidade da Administração Pública Federal Indireta, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), na modalidade total, realizou suas execuções com base no calendário de fechamento do SIAFI, nos termos do art. 6º da Lei 14.436/2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2023), que dispôs, dentre outros, sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento:

Art. 6º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas e das despesas dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, de seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Os registros contábeis estão realizados no SIAFI e no Sistema Contábil Societário, em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicações ao contrário.

Base de Preparação – A preparação das Demonstrações foi feita com base no custo histórico de aquisição ou construção, a não ser quando indicado de outra forma. Para os contratos de arrendamento foi utilizado o valor presente como base de valor, de acordo com o Pronunciamento pertinente (CPC 06 (R3) – Arrendamentos). Os valores foram obtidos com base nos documentos extraídos do SIAFI pelas Unidades Gestoras da EBSERH.

Moeda Funcional – As Demonstrações Contábeis são apresentadas na moeda funcional e de apresentação da Empresa, o Real.

Desempenho Financeiro Refletido pela Contabilização pelo Regime de Competência – O regime de competência reflete os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre reivindicações e recursos econômicos da entidade nos períodos em que esses efeitos ocorreram, mesmo que os pagamentos e recebimentos à vista aconteçam em períodos diferentes. Isso é importante já que informações sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta, além de mudanças em seus recursos econômicos e reivindicações durante o período, fornecem uma base melhor para a avaliação do desempenho passado e futuro da entidade do que informações exclusivamente sobre recebimentos e pagamentos à vista, conforme a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro – CPC 00 (R2).

Ativo Circulante – São os bens e direitos que a Empresa possui e que são realizáveis até o encerramento do exercício seguinte, tais como os evidenciados nas contas “recursos da conta única aplicados” e “limite de saque com vinculação de pagamento – (caixa disponível)”.

Estoques – São registrados pelo custo de aquisição e sua manutenção e controle físico estão a cargo de cada unidade da EBSERH, que emite os Relatórios Mensais de Almoxarifado (RMA), os quais são registrados no SIAFI. O Serviço de Contabilidade executa a extração dos saldos desses registros, permitindo a evidenciação dos valores nas Demonstrações Contábeis.

Ativo Não Circulante – É composto pelos subgrupos: Valores de Longo Prazo – SUS, Depósitos Judiciais, Bens Móveis, Imóveis e Intangível, reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou produção, deduzido da respectiva depreciação ou amortização, quando aplicável.

Depreciação e Amortização – É calculada no Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), utilizando o método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, sem extrapolar os limites estabelecidos no Decreto nº 9.580/2018 e na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017, conforme tabela abaixo:

TABELA DE VIDA ÚTIL E VALOR RESIDUAL			
Conta	Descrição	Vida Útil (Anos)	Valor Residual
12311.01.01	Aparelhos de medição e orientação	15	10%
12311.01.02	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%
12311.01.03	Equipamentos e utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	15	20%
12311.01.04	Aparelhos e equipamentos para esportes e diversão	10	10%
12311.01.05	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10%
12311.01.06	Máquinas e equipamentos industriais	20	10%
12311.01.07	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%
12311.01.08	Máquinas e equipamentos gráficos	15	10%
12311.01.09	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%
12311.01.21	Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%
12311.01.24	Máquinas e equipamentos eletroeletrônicos	10	10%
12311.01.25	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%
12311.02.01	Equipamentos de processamento de dados	5	10%
12311.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%
12311.03.02	Máquinas e utensílios de escritório	10	10%
12311.03.03	Mobiliário em geral	10	10%
12311.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	10	10%
12311.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%
12311.05.01	Veículos em geral	15	10%
12311.05.03	Veículos de tração mecânica	15	10%
12311.99.09	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%

Impairment de Ativos Não Financeiros – Conforme prevê o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (NBC TG 01), a Administração da EBSERH busca revisar o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. Nesse caso, uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior entre: (a) o valor de venda dos ativos, menos os custos estimados para a venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo, unidade geradora de caixa ou mesmo o valor atual de mercado.

Passivo Circulante – Corresponde a obrigações a serem pagas até o encerramento do exercício social seguinte. Referem-se às obrigações com fornecedores, retenções de tributos, obrigações patronais e outras obrigações a pagar assumidas no curso normal das atividades da Empresa.

Passivo Não Circulante – O passivo é classificado como não circulante quando sua exigibilidade é superior, pelo menos, ao fechamento do exercício seguinte, equivalente a doze meses após a data do balanço.

Patrimônio Líquido – É o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos, conforme estabelecido no CPC 00 (R2). O capital social está representado pela totalidade de ações pertencentes à União.

Ativos e Passivos Financeiros – Estão registrados a valor presente em razão do regime de competência no reconhecimento das receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, com incerteza de data para pagamento, estão mensurados a valor presente, visto que são escriturados inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e atualizados mensalmente de acordo com as regras e critérios da consultoria jurídica da Empresa. Não há ativos financeiros para venda.

Tributação – O regime de tributação adotado para fins de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é o Lucro Real (receitas menos despesas –, com ajustes previstos em lei).

Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício – A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é apresentada conforme a NBC TG 03 (R3), por meio do método indireto. Para melhor qualificação e apresentação, o saldo em 2022 da conta Contratos de Arrendamento a Pagar foi reclassificada do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais para o Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa	31.03.2023	31.12.2022
Recursos da Conta Única Aplicados - CTU	123.969.843,54	126.635.281,88
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	1.957.978,42	1.929.900,98
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	406.952.165,42	366.456.569,40
Limite de Saque com Vinculação Pagamento - Ordem de Pagamento	288.264.827,29	652.742.406,41
Limite de Saque com Vinculação Pagamento - Pagamento Instantâneo	113.707,12	60.559,83
Total	821.258.521,79	1.147.824.718,50

Recursos da Conta Única Aplicados – Valores que advêm de receitas próprias e de rendimentos de aplicações. A redução demonstra que no período ocorreram mais resgastes que aplicações. Para utilização, aguarda-se a disponibilização no orçamento anual.

Demais Contas - Caixa Econômica Federal – Representam recursos de caução contratual depositados por fornecedores de serviços e materiais.

Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Representa o financeiro disponível para quitação de obrigações legais contraídas. Trata-se de recebimento de recursos financeiros que aguardam o processamento da despesa orçamentária (custeio SUS), para posteriores pagamentos, bem como financeiro de outras fontes para gestão de fluxo de caixa da rede.

Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento – Refere-se a financeiro vinculado a despesa da folha de pessoal e despesas contratuais que sairão da conta única, conforme autorização de pagamento, e posterior transferência para as contas bancárias dos empregados e fornecedores. Em síntese, trata-se de valores comprometidos com pagamentos autorizados, que aguardam a operacionalização bancária do saque para as contas dos credores. A redução relevante tem relação com o pagamento de Acordo Coletivo de Trabalho em 2022, cujo valor destinado corresponde a 11% sobre os vencimentos básicos, resultando em um total de 306 milhões.

Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Pagamento Instantâneo – Registra o valor do limite de saque com vinculação de pagamento da subconta única PI (Pagamento Instantâneo) do ente federativo, para atender despesas, utilizando ordens bancárias tipos: OB (Ordem Bancária) de Aporte, OB Desaporte e OBPIX pelos órgãos que pertencem ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

5. VALORES A RECEBER – SUS

Valores a Receber - SUS	31.03.2023	31.12.2022
Circulante - Curto Prazo	6.647.951,60	8.965.001,67
Não Circulante - Longo Prazo	7.878.810,40	9.147.438,99
Total	14.526.762,00	18.112.440,66

A EBSERH tem valores a receber da Secretaria de Saúde do município de Belo Horizonte, em curto e em longo prazo, em contrapartida aos serviços de saúde prestados pela filial Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (HC-UFMG), no âmbito do SUS.

Não foram apropriadas Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) por não haver vencimentos para os serviços pactuados, por se tratar de uma relação contratual com ente da Administração Pública Direta e, ainda, por não haver subsídios necessários para criação de matriz de risco.

6. SUBVENÇÃO DE CUSTEIO A RECEBER

Os valores de subvenções a receber se referem à previsão orçamentária de contratualizações com o gestor local SUS no valor de R\$ 1.406.431.306,65 e à receita diferida com origem em contribuições previdenciárias (INSS e FGTS patronal), registradas conforme o estabelecido pelo regime de competência, no valor de R\$ 146.605.172,16. Em 2022, a Empresa recebeu todo o recurso que estava aprovado e por isso não há saldo residual.

Subvenção de Custeio a Receber	31.03.2023	31.12.2022
Faturas e Duplicata a Receber - Prestação de Serviço	1.553.036.478,81	-

7. ADIANTAMENTOS E CRÉDITOS A RECEBER

Adiantamentos e Créditos a Receber de Terceiros	31.03.2023	31.12.2022
13º Salário - Adiantamento	11.713.703,04	3.412.516,37
Salários e Ordenados Pagos Antecipadamente	9.446.123,75	27.684.045,74
Adiantamento Concedido	239.165,81	3.484,78
Adiantamento a Fornecedor	2.512,50	-
Aluguéis a Receber	51.999,96	51.999,96
Adiantamento - Termo de Execução Descentralizada	111.148.642,31	111.964.275,43
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	6.545,00	17.867,69
Prêmios de Seguros a Apropriar	68.212,55	93.676,98
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Contratuais	1.042.624,95	1.041.628,55
Tributos Pagos a Apropriar	19.846,48	26.462,01
VPD de Serviços Pagos Antecipadamente	3.401,08	5.577,92
Remuneração da Conta Única a Receber	393.837,22	355.725,20
Valores a Recuperar por Devolução de Despesa	2.150,93	93,51
Títulos a Receber	70.506,68	70.506,68
Total	134.209.272,26	144.727.860,82

Décimo Terceiro Salário – Adiantamento – O saldo se refere a adiantamento de 13º salário concedido a empregados públicos cedidos à EBSERH que optaram por receber a parcela concomitantemente ao recebimento de férias.

Salários e Ordenados Pagos Antecipadamente – Registra o adiantamento a pessoal referente à remuneração no período de férias, quando o servidor opta pelo adiantamento do salário.

Adiantamento Concedido – Registra os valores disponibilizados para suprimento de fundos que tem como objetivo custear despesas de pequeno vulto ou eventuais.

Adiantamento a Fornecedor – Registra os adiantamentos efetuados pela entidade a fornecedores, vinculados a compras específicas de materiais ou investimentos que serão incorporados aos estoques ou ao patrimônio quando efetivamente recebidos.

Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada – Registra os valores relativos a adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED).

A tendência é de que os saldos sejam gradativamente baixados, uma vez que a EBSERH está com todas as unidades gestoras ativas dentro do órgão. Anteriormente, a descentralização ocorria, em regra, via TED, pois a gestão era realizada via Unidade Gestora vinculada à Universidade. Atualmente a descentralização ocorre por meio de provisão e não mais de TED.

UG Conced.	Transf.	UG Conv.	Gestão	Vigência	Limite Conclusão	Situação Prazo	Processo	Valor Firmado	A Comprovar
155902	1AACMV	153079	15232	25/11/2022	21/09/2023	Reconhecer Ativo	23075.064213/2020-43	4.000.000,00	1.801.977,91
156654	928433	150233	15260	sem informação	sem informação	Reconhecer Ativo		80.000.000,00	50.000.000,00
155015	934289	153103	15234	sem informação	sem informação	Reconhecer Ativo		144.000,00	84.000,00
155007	1AAFLY	364102	36201	sem informação	sem informação	Reconhecer Ativo	23477.008697/2020-18	6.162.983,89	5.928.742,57
155007	1AAFXA	364102	36201	30/09/2024	27/07/2025	Reconhecer Ativo	23477.008697/2020-18	3.533.936,00	1.595.336,00
155007	695867	254420	25201	07/11/2023	02/09/2024	Reconhecer Ativo	23477.017050/2018-62	100.000.000,00	25.000.000,00
155007	696306	150232	15237	27/01/2023	23/11/2023	Reconhecer Ativo	23477.023770/2018-67	807.127,55	807.127,55
155007	699735	153063	-	21/02/2023	18/12/2023	Reconhecer Ativo	23477.001473/2017-80	338.358,51	338.358,51
155007	935982	364102	36201	sem informação	sem informação	Reconhecer Ativo		1.033.200,00	174.500,00
								196.019.605,95	85.730.042,54

Ainda sobre os saldos de Adiantamento de TED, cabe informar que existem termos com data de vigência expirada e reprovação dos Relatórios de Cumprimento do Objeto (RCO). Esses termos não foram baixados por comporem processos de apuração para averiguar possível Tomada de Contas Especial (TCE). Ressalta-se que a rotina de baixa de Adiantamento de TED não prevê a execução sem a devida comprovação de RCO aprovado. Abaixo a relação de TED nessa condição:

UG Conc.	Transf.	UG Conv.	Gestão	Vigência	Limite Conclusão	RCO com Prestação de Contas	Processo	Valor Firmado	A Comprovar
155007	676313	153031	15250	31/12/2014	27/10/2015	Não Aprovadas	23000.009154/2013-95	10.500.000,00	10.499.730,13
155007	676697	153031	15250	31/12/2013	27/10/2014	Não Aprovadas	23000.019020/2013-82	382.183,87	298.247,96
155007	677086	150224	15256	31/12/2013	27/10/2014	Não Aprovadas	23000.020653/2013-33	3.000.000,00	3.000.000,00
155007	680273	154716	26230	23/08/2014	19/06/2015	Não Aprovadas	23477.016136/2014-44	6.000.077,90	6.000.077,90
155007	682872	154035	15255	31/01/2015	27/11/2015	Não Aprovadas	23477.035553/2014-96	2.700.000,00	2.700.000,00
155007	683007	152477	15250	31/12/2015	26/10/2016	Não Aprovadas	23477.001378/2015-14	595.511,36	564.599,50
155007	686093	154145	15264	31/05/2016	27/03/2017	Não Aprovadas	23477.004878/2016-99	200.000,00	200.000,00
155007	690361	154035	15255	20/09/2017	17/07/2018	Não Aprovadas	23477.006219/2017-78	355.065,50	344.428,07
155007	691256	150432	15236	17/01/2018	13/11/2018	Não Aprovadas	23477.010449/2017-31	550.631,70	548.790,69
155007	693044	154035	15255	22/04/2018	16/02/2019	Não Aprovadas	23477.012052/2018-65	547.639,33	547.639,33
155007	696026	154035	15255	13/01/2019	09/11/2019	Não Aprovadas	23477.022812/2018-42	600.000,00	600.000,00
155007	698324	150432	15236	23/07/2020	19/05/2021	Não Aprovadas	23477.002767/2019-91	115.470,69	115.086,19
								25.546.580,35	25.418.599,77

Prêmios de Seguros, Assinatura e Anuidades a Apropriar, Tributos Pagos a Apropriar, Serviços Pagos Antecipadamente e Outras Despesa Pagas Antecipadamente – São valores a apropriar decorrentes de pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços à Empresa ocorrerão em momento posterior.

Créditos a Receber Decorrente de Infração Contratual – Créditos decorrentes de infração contratual relacionados a quebra de contrato por parte dos fornecedores que, por descumprimento de cláusulas, foram autuados e multados. Também se reconhecem as receitas a receber referentes a exploração de espaço público aguardando o recebimento por Guia de Recolhimento da União (GRU) e despesas anuladas que serão restituídas à EBSERH. Dentro do saldo, a principal variação refere-se ao registro de expectativa de arrecadação de multa contratual, no valor de R\$ 867.120,88, devido a retardamento da execução do objeto e inexecução total de obrigação assumida, não apresentação de garantia contratual e não cumprimento de determinações formais ou instruções complementares da equipe de fiscalização e contrato.

Remuneração da Conta Única a Receber – Registra os rendimentos positivos a receber com origem em aplicações de financeiro da conta única.

Valores a Recuperar por Devolução de Despesa – Registra os valores a receber decorrentes de despesas estornadas.

Títulos a Receber – Compreendem os valores a receber de curto prazo representados por notas promissórias, letras de câmbio e outros. No caso concreto, trata-se de direitos a receber com origem em empréstimos de material de consumo a outras unidades de saúde da região.

8. ESTOQUES

Estoques	31.03.2023	31.12.2022
Mercadorias - Estoque Estratégico	1.020,00	-
Estoque de Mercadoria para Revenda	-	2.377,50
Mercadorias para Doação em Trânsito	298.539,88	298.584,47
Selos de Controle em Consignação	569,00	-
Materiais de Consumo em Trânsito	20.527,51	79.044,70
Materiais de Consumo	298.571.929,04	379.398.879,57
Materiais a Classificar	113.927.566,93	-
Material de Consumo - Estoque Interno	-	1.192,70
Medicamento - Estoque Interno - Para Distribuição	12.649.983,20	8.720.056,40
Importações em Andamento - Estoque	146.037,61	-
Total	425.616.173,17	388.500.135,34

Mercadorias – Estoque Estratégico - Registra o valor das mercadorias adquiridas para revenda relativas a estoques estratégicos da entidade.

Estoque de Mercadoria para Revenda – Trata-se de material próprio para utilização na unidade. Em 2022 a conta apresentava saldo indevidamente, então, procedeu-se a reclassificação para a rubrica correta.

Material de Consumo em Trânsito/Mercadoria para Doação em Trânsito – Trata-se de transferência de materiais de consumo entre unidades integrantes da administração direta ou indireta (empresa dependente), aguardando os trâmites administrativos de recebimento e classificação na conta específica de material de consumo.

Material de Consumo – Compreende o montante consolidado de estoque de material de almoxarifado de toda rede EBSERH, 39 (trinta e nove) unidades hospitalares, mais a Sede Administrativa, destinado ao atendimento do consumo interno.

Materiais a Classificar – Compreendem os valores de estoque assistencial e judicializado de toda a rede EBSERH. São medicamentos oriundos de programas estratégicos do SUS e de ações judiciais, não adquiridos pelos Hospitais ou pela EBSERH, que ficam sob sua guarda até a dispensação ou aplicação aos pacientes. Esses medicamentos eram anteriormente reconhecidos como doação, mas, a partir de 2023, foram reclassificados para a conta de material a classificar, até que se encontre uma forma de atender e orientação da Controladoria Geral da União (CGU), que indicou o registro em conta de estoque de terceiros. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) não dispõe de conta específica para atendimento dessa orientação.

Material de Consumo – Estoque Interno – Registra o valor de material de consumo reservado em estoque interno para distribuição ou uso na unidade.

Medicamento – Estoque Interno – Registra os valores dos medicamentos e outros produtos farmacêuticos, adquiridos ou fabricados pela unidade, destinados a formação de estoque de distribuição para consumo interno ou redistribuição.

A seguir, quadro com o detalhamento do estoque de material de consumo:

Material de Consumo - Natureza da Despesa Detalhada	31.03.2023	31.12.2022
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	12.492,65	10.237,35
Combustíveis e Lubrificantes para Outras Finalidades	414.264,34	309.406,24
Gás e Outros Materiais Engarrafados	993.403,68	675.916,09
Gêneros de Alimentação	3.056.601,80	2.777.075,04
Material Farmacológico	211.935.210,32	193.148.498,02
Material Odontológico	758.029,48	791.960,65
Material Químico	7.989.431,19	7.500.301,49
Material Educativo e Esportivo	21.590,72	22.015,24
Material de Expediente	3.618.877,97	3.849.526,89
Material de TIC - Material de Consumo	1.242.680,33	1.127.965,20
Material de Acondicionamento e Embalagem	3.222.068,40	3.594.619,65
Material de Cama, Mesa e Banho	1.543.521,57	1.308.608,28
Material de Copa e Cozinha	945.074,43	980.405,63
Material de Limpeza e Produtos de Higienização	2.997.061,15	3.202.254,56
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	1.642.312,78	1.790.955,24
Material para Manutenção de Bens Imóveis e Instalações	2.881.748,51	2.792.378,44
Material para Manutenção de Bens Móveis	6.910.672,92	6.881.808,61
Material Elétrico e Eletrônico	2.220.721,35	2.007.640,29
Material de Proteção e Segurança	7.140.071,70	6.481.194,79
Material para Áudio, Vídeo e Foto	443.683,49	488.829,78
Material para Comunicações	17.808,58	17.195,45
Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	540,26	540,26
Material Laboratorial	10.678.675,29	11.284.113,85
Material Hospitalar	142.358.727,87	126.982.446,91
Material para Manutenção de Veículos	27.136,37	26.784,19
Material Biológico	137.558,95	143.193,89
Material para Utilização em Gráfica	1.172,09	2.446,11
Ferramentas	44.587,64	41.669,83
Material para Reabilitação Profissional	3.105.167,72	4.015.724,63
Material de Sinalização Visual e Outros	87.648,75	107.031,27
Bens Móveis Não Ativáveis	131.253,36	5.311,10
Bandeiras, Flamulas e Insígnias	792,56	792,56
Explosivos e Munições	-	1.192,70
Outros Materiais de Consumo	9.035.584,95	6.130.095,11
Total	425.616.173,17	388.500.135,34

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Depósitos Judiciais	31.03.2023	31.12.2022
Depósitos Efetuados para Interposição de Recurso	33.558.728,06	29.822.559,25

A conta Depósitos Judiciais para Interposição de Recurso refere-se a valores depositados para fins de apresentação de recurso após decisão judicial, cujos processos ainda estão em andamento. A variação positiva se deve ao aumento gradativo do fluxo de demandas judiciais da área trabalhista e cível, que superaram as baixas no período.

10. IMOBILIZADO

O imobilizado da EBSERH é composto por bens móveis, imóveis e as respectivas depreciação e ajustes de recuperabilidade, quando indicado.

10.1 BENS MÓVEIS

O grupo de bens móveis é composto, em maior parte, por equipamentos, utensílios médicos e odontológicos; equipamento de tecnologia da informação e comunicação; aparelhos e utensílios domésticos; e mobiliário em geral.

Bens Móveis	31.03.2023	Entradas	Baixas	31.12.2022
Aparelhos de Medição e Orientação	2.136.332,72	169.301,46	13.649,46	1.980.680,72
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	5.024.833,64	238.759,12	33.057,69	4.819.132,21
Equipamentos e Utensílios Médicos e Odontológicos	537.675.677,32	37.564.554,84	2.201.585,07	502.312.707,55
Aparelhos e Equipamentos para Esportes	693.538,24	7.698,43	-	685.839,81
Equipamento de Proteção e Segurança	3.983.156,32	89.767,01	78.425,85	3.971.815,16
Máquinas e Equipamentos Industriais	598.713,86	106.983,73	12.287,33	504.017,46
Máquinas e Equipamentos Energéticos	14.485.240,86	1.844.354,88	126.093,89	12.766.979,87
Máquinas e Equipamentos Gráficos	26.135,39	-	-	26.135,39
Máquinas, Ferramentas e Utensílios	465.362,84	1.836,49	2.053,39	465.579,74
Equipamentos, Peças e Acessórios	7.000,00	-	-	7.000,00
Máquinas e Utensílios Agropecuários	1.818,96	-	-	1.818,96
Máquinas e Equipamentos de Construção	200.950,00	-	-	200.950,00
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	428.713,99	3.601,11	3.199,92	428.312,80
Máquinas e Equipamentos Eletroeletrônicos	108.595,06	48.014,08	41.692,90	102.273,88
Máquinas, Utensílios e Equipamentos	7.495.079,54	228.028,28	84.465,16	7.351.516,42
Outras Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	2.983,33	-	-	2.983,33
Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação	177.074.979,55	11.416.850,66	2.636.871,04	168.294.999,93
Aparelhos e Utensílios Domésticos	24.642.413,21	2.659.473,49	730.891,93	22.713.831,65
Máquinas e Utensílios de Escritórios	200.739,36	68.804,68	1.350,00	133.284,68
Mobiliário em Geral	42.467.711,87	5.563.632,93	1.438.587,29	38.342.666,23
Coleções e Materiais Bibliográficos	158.952,77	17.136,03	-	141.816,74
Instrumentos Musicais	790,00	-	-	790,00
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Fotos	7.319.921,24	803.901,96	170.027,27	6.686.046,55
Obras de Arte e Peças para Exposição	3.340,00	-	-	3.340,00
Veículos em Geral	520.895,61	364.495,88	330.802,99	487.202,72
Veículos de Tração Mecânica	3.763.082,50	366.137,04	-	3.396.945,46
Adiantamentos para Inversões em Bens Móveis	5.309.360,43	4.888.132,03	3.400.000,00	3.821.228,40
Estoque Interno	8.748.511,32	32.428.235,13	29.098.372,47	5.418.648,66
Estoque para Distribuição	1.172.232,00	1.903.436,96	914.204,96	183.000,00
Peças Não Incorporáveis a Imóveis	1.258.379,13	-	11.840,65	1.270.219,78
Bens Não Localizados	8.495.547,69	8.495.547,69	-	-
Total	854.470.988,75	109.278.683,91	41.329.459,26	786.521.764,10

O crescimento demonstra a aplicação constante de recursos, já que há investimento contínuo na capacidade da atividade fim e na modernização da Empresa, observável pela variação positiva no período. Ressalta-se que os valores classificados na coluna de baixa podem ser também resultantes de uma reclassificação entre contas do imobilizado.

10.2 BENS IMÓVEIS

Bens Imóveis	31.03.2023	Entradas	Baixas	31.12.2022
Obras em Andamento	96.184.454,54	39.636.325,56	4.903.965,46	61.452.094,44
Instalações	12.944.915,61	6.507.640,86	3.233.063,71	9.670.338,46
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	56.753.680,17	38.256.589,65	56.600.838,73	75.097.929,25
Total	165.883.050,32	84.400.556,07	64.737.867,90	146.220.362,15

Obras em Andamento – Registra os valores com construções em andamento nos Hospitais Universitários. As baixas referem-se a reclassificações para a conta de Benfeitorias em Propriedade de Terceiros.

Instalações – Registra o custo de implantação de instalações que, não obstante integradas aos edifícios, devem ser segregadas das obras civis.

Benfeitorias em Propriedade de Terceiro – Corresponde a investimento com ampliação ou melhoria de infraestrutura de Unidades Hospitalares. As baixas representam reclassificações para a conta de Obras em Andamento, enquanto as obras concluídas serão reclassificadas para Benfeitorias em

Propriedade de Terceiros. Cabe informar que, os imóveis em que as unidades hospitalares estão instaladas são de propriedade das Universidades Federais. Por esta razão, entende-se que o investimento é em propriedade de terceiros, conforme NBC TG 27 (R4).

10.3 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E IMPAIRMENT DO IMOBILIZADO

Depreciação, Amortização Acumulada e Impairment	31.03.2023	31.12.2022
Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(190.921.362,03)	(177.100.098,25)
Depreciação/Amortização Acumulada de Bens Imóveis	(47.154,72)	(109.435,32)
Redução ao Valor Recuperável - Imobilizado	(7.197.639,37)	(7.241.668,49)
Total	(198.166.156,12)	(184.451.202,06)

A depreciação é calculada pelo método linear, mediante a utilização de vida útil econômica dos bens (vide Nota Explicativa 3 – Principais Práticas Contábeis). O controle patrimonial e o cálculo da depreciação são realizados por meio do Sistema de Informações Gerenciais (SIG), no módulo Patrimônio, e por meio do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), sob a responsabilidade da Diretoria de Administração e Infraestrutura (DAI).

A Redução ao Valor Recuperável (*impairment*) corresponde à realização do teste de *impairment* em anos anteriores, com vistas a avaliação quanto à desvalorização econômica, conforme a NBC TG 01 (R4) e a Norma Operacional - SEI nº 4/2023/DAI-EBSERH. A norma operacional da EBSERH prevê a realização de estudo de *impairment* até o final de cada exercício.

11. INTANGÍVEL

Intangível	31.03.2023	31.12.2022
Softwares - Vida Útil Definida	58.997.646,11	56.070.833,24
Softwares - Vida Útil Indefinida	166.218,69	2.141.233,20
Direito de Uso de Bens Imóveis	30.922.045,42	25.483.770,47
Total	90.085.910,22	83.695.836,91

Amortização e Impairment de Intangível	31.03.2023	31.12.2022
Amortização Acumulada - Software	(22.178.733,95)	(19.624.127,82)
Amortização Acumulada – Direito de Uso	(3.259.579,60)	-
Redução ao Valor Recuperável - Software	(2.655.143,00)	(2.655.143,00)
Total	(28.093.456,55)	(22.279.270,82)
Total do Intangível	61.992.453,67	61.416.566,09

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, resultantes do desenvolvimento de *software*, de direitos contratuais ou de outros direitos legais. Os intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição, produção ou desenvolvimento de *software*, deduzido da respectiva amortização, calculada pelo método linear ao longo de suas vidas úteis.

Softwares – Os *softwares* estão classificados em vida útil definida e vida útil indefinida. A macro função SIAFI 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, define a vida útil como sendo “o período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros de um ativo”. Em 2023 os intangíveis com vida útil indeterminada estão sendo reclassificados para vida útil definida, com a devida apropriação das amortizações, o que justifica a variação nos saldos.

Direito de Uso – A conta Direto de Uso de Bens Imóveis, de alta relevância no grupo, representa os bens móveis e imóveis com origem em contratos de arrendamentos, com vigência acima de 12 meses, registrados nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 06 (R3). A amortização correspondente a março de 2023 é de R\$ 3.259.579,60.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

O grupo Obrigações Trabalhistas compreende as obrigações com folha de pessoal apropriadas pelo regime de competência, conforme quadro abaixo:

Obrigações Trabalhistas a Pagar	31.03.2023	31.12.2022
Salários, Remunerações e Benefícios a Pagar	255.889.901,13	622.983.720,57
Décimo Terceiro Salário a Pagar	114.906.797,33	-
Férias a Pagar	490.110.161,94	490.288.012,23
Benefícios Assistenciais a Pagar	4.852.629,10	4.804.318,56
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	27.721.827,88	57.294.887,18
Contribuição Sobre Salários e Remuneração - INSS	117.354.529,71	212.103.963,65
Total	1.010.835.847,09	1.387.474.902,19

Salários, Remunerações e Benefícios a Pagar – Inclui as obrigações com folha de pessoal apropriadas pelo regime de competência. Ressalta-se que o recurso financeiro referente a esta obrigação se encontra assegurado no ativo, na conta Caixa Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento. O pagamento é realizado no primeiro dia útil do mês seguinte. A diferença relevante entre os períodos é decorrente do pagamento do Acordo Coletivo de Trabalho em 2022.

Décimo Terceiro Salário a Pagar – Refere-se à apropriação de proporcional de décimo terceiro sobre a folha, que deverá ser quitado até dezembro, o que justifica a variação no período. A apropriação proporcional é registrada mensalmente conforme cálculo da Diretoria de Gestão de Pessoas.

Férias a Pagar – São registradas com base em relatórios emitidos pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), incluindo o proporcional de férias, o abono constitucional de 1/3 de férias, os encargos patronais (20% INSS + Riscos Ambientais do Trabalho – RAT ajustado, que é um valor variável) e encargos com o Sistema “S”.

Benefícios Assistenciais a Pagar – Registra as obrigações relativas aos benefícios assistenciais concedidos diretamente ou indiretamente ao empregado, quando obedecidos os critérios estabelecidos para sua concessão no Plano de Benefícios aprovado para a EBSEH e firmado no Acordo Coletivo de Trabalho, liquidados e ainda não pagos. O passivo normalmente é pago no primeiro dia útil do mês seguinte.

Fundo de Garantia do Tempo de serviço – FGTS – Registra os valores relativos a título de Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) incidentes sobre salários e remunerações de pessoal. O saldo refere-se à contribuição patronal da competência de 03/2023. Normalmente o pagamento é realizado no mês seguinte, observado a data de vencimento do tributo. A variação entre os períodos se deve ao pagamento do Acordo Coletivo de Trabalho em 2022.

Contribuição Previdenciária Sobre Salários e Remuneração – INSS – Refere-se ao patronal sobre folha a recolher, cuja apuração é realizada com base nas informações do e-Social. Em dezembro de 2022 o valor foi registrado na competência mensal seguinte, o que justifica a variação no período.

13. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo	31.03.2023	31.12.2022
Contas a Pagar - Credores Nacionais	103.291.817,40	130.073.647,11

Representa o conjunto de obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos, classificado como passivo circulante. São reconhecidos tanto os valores das notas fiscais, quanto dos demais documentos de cobrança correspondentes, que resultarão em futura execução financeira. No período apresentado é observada uma queda nas obrigações com fornecedores em virtude de pagamento realizados.

14. RETENÇÕES DE IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E OUTRAS RETENÇÕES

Retenções, Impostos, Contribuições e Outras Retenções	31.03.2023	31.12.2022
Retenções Previdenciárias - RGPS	34.352.954,64	37.365.641,74
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	37.187,84	106.600,43
Impostos e Contribuições Diversos Devidos	2.601.772,53	1.538.415,12
Imposto Sobre Serviço - ISS	504.662,34	423.757,42
Pensão Alimentícia	564.775,07	703.221,85
Outros Depósitos de Pessoal a Pagar	18.583,41	18.583,41
Taxa pela Prestação de Serviços	225,29	143,82
Total	38.080.161,12	40.156.455,67

Retenções Previdenciárias – RGPS – Registra o valor a recolher das retenções dos segurados e de serviços de terceiros na folha de pagamento, a ser recolhido ao fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Os valores serão recolhidos quando da quitação das contribuições previdenciárias, que ocorre até o 20º dia útil do mês seguinte ao período de apuração.

IRRF Devido ao Tesouro Nacional – Registra os valores a recolher referentes às retenções na fonte do imposto sobre a renda, relativas às importâncias pagas a terceiros ou creditadas a servidores ou empregados, sobre as quais incida o Imposto sobre Renda Retido na Fonte (IRRF), devido ao Tesouro Nacional. Os valores serão recolhidos quando da quitação das contribuições previdenciárias, até o 20º dia útil do mês seguinte ao período de apuração.

Impostos e Contribuições Diversos Devidos – Registra os valores referentes às retenções na fonte, pela entidade, de impostos e contribuições diversos (IR – Imposto sobre Renda, CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, PIS/PASEP – Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) relativas às importâncias pagas a terceiros, sobre os quais incidam os referidos tributos.

Imposto Sobre Serviço – ISS – Registra os valores do imposto sobre serviços retidos em consignações por força de legislação, circunstância ou acordo entre as partes envolvidas na transação, em situações em que a entidade, como parte contratante, atue como substituta tributária.

Pensão Alimentícia – Representa os valores que a EBSEH retém dos funcionários que são obrigados a pagar pensão alimentícia a dependentes. O montante se torna um passivo, pois gera a obrigação à Empresa em repassar os valores a quem os são de direito.

Outros Depósitos de Pessoal a Pagar – Valores referentes a salários a pagar provenientes de devolução bancária, que ficam em conta de retenção para posterior reapresentação ao banco.

Taxa pela Prestação de Serviços – Registro de valores de curto prazo decorrentes de taxas pela prestação de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou colocados à sua disposição.

15. OBRIGAÇÕES TRANSITÓRIAS

Obrigações Transitórias de Curto Prazo	31.03.2023	31.12.2022
Planos de Previdência e Assistência	258.465,96	260.911,71
Retenções - Empréstimos e Financiamentos	20.901.491,60	18.480.614,48
Depósitos Retidos de Fornecedores	4.589.790,53	3.446.271,40
Depósitos Retidos de Pessoal ou Benefícios a Pagar	1.486.435,76	1.291.910,96
Glosa de Encargos Trabalhistas	148.775,55	432.926,67
Retenções - Entidades Representativas	513.559,83	461.421,09
Indenizações, Restituições e Compensações	48.847,20	376.222,55
Diárias a Pagar	11.490,95	8.282,06
Depósitos e Cauções Recebidos	1.957.978,42	1.929.900,98
Depósitos de Terceiros	117.240.295,58	3.312.728,65
GRU - Valores Em Trânsito Para Estorno	2.166,38	-
Cartão de Pagamento do Governo - Saque	74.684,78	-
Cartão de Pagamento do Governo - Fatura	135.121,42	1,33
Outros Credores de Curto Prazo	126.694,60	123.727,53
Transferências Financeiras	11.253.055,66	13.227.660,78
Obrigações com Entidades Estaduais	-	160.982,93
Outros Consignatários	99.642,65	88.006,50
Total	158.848.496,87	43.601.569,62

Planos de Previdência e Assistência – Representa os valores que os empregados autorizam a EBSERH a reter e repassar a entidades de previdência e assistência complementares.

Retenções – Empréstimos e Financiamentos – Trata-se dos valores retidos em folha em relação a empréstimos consignados dos funcionários. O valor se torna um passivo, pois gera a obrigação da Empresa em repassá-lo a instituições financeiras.

Depósitos Retidos de Fornecedores – Registra os valores de obrigações decorrentes de depósitos recebidos ou retidos de fornecedores em função de aplicação de multas e outras determinações.

Depósitos Retidos de Pessoal ou Benefícios a Pagar – Registra os valores de obrigações exigíveis até o curso do exercício seguinte, decorrentes de depósitos retidos de pessoal ou benefícios a pagar para posterior destinação.

Glosa de Encargos Trabalhistas – Registra o valor glosado das faturas dos prestadores de serviços para garantir o pagamento de férias, 13º salário e multa rescisória, nos casos de dispensa sem justa causa. A base legal é a Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) 98/2009 e o valor é recolhido em conta vinculada ao respectivo contratante.

Retenções – Entidades Representativas – Registra os descontos efetuados em folha de pagamento de pessoal, para posterior recolhimento, a favor de instituições representativas de classe.

Indenizações, Restituições e Compensações – Registra as obrigações relativas a indenizações, restituições e compensações.

Depósitos e Cauções Recebidos – Registra os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos ou cauções pela entidade, vinculados a contratos ou outros instrumentos, para garantias de operações específicas.

Depósitos de Terceiros – Registra os valores dos estoques de medicamentos assistenciais e judicializados, oriundos de programas estratégicos do SUS e de ações judiciais, não adquiridos pelos Hospitais ou pela EBSERH, que ficam sob sua guarda até a dispensação ou aplicação aos pacientes. Esses medicamentos eram anteriormente reconhecidos como doação, mas a partir de 2023, por instrução da CGU, passaram a ser reconhecidos como Estoques e em contrapartida registrou-se também o passivo em conta de terceiro, conforme recomendação da CGU. A conta possuía um saldo de R\$ 3.312.728,65 referente a arrecadação de GRU grosado de pagamento realizados a terceiros.

Cartão de Pagamento do Governo – Saque – Registra os valores referentes a despesas com pagamento antecipado, pendentes de saque, com uso do cartão de pagamento do governo federal.

Cartão de Pagamento do Governo – Fatura – Registra os valores referentes a despesas com suprimento de fundos, pendentes de pagamento da fatura, com uso do cartão de pagamento do governo federal.

Outros Credores de Curto Prazo – Registra os valores exigíveis de curto prazo, decorrentes de recursos obtidos junto a diversos credores, para os quais não haja contas específicas neste plano de contas.

Transferências Financeiras – Registra a apropriação de passivo decorrente de transferências financeiras recebidas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), pendente de comprovação em Termo de Cumprimento de Objeto.

Celebração	Vigência	Situação	Processo	Concedente Número	Concedente Nome	UG Conveniente	Saldo - R\$ Conta Contábil
07/07/2020	07/12/2020	adimplente	23525.009944/2020-81	153047	Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes	155012	894.702,50
10/12/2020	08/11/2022	adimplente	25000.164497/2020-76	257001	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde	155015	45.733,99
15/12/2020	27/10/2022	adimplente	25000.165186/2020-24	257001	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde	155124	51.367,64
18/12/2020	30/09/2021	adimplente	23525.015297/2020-46	153047	Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes	155012	11.967,60
24/12/2020	15/06/2024	adimplente	25000.173234/2020-58	257001	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde	155909	3.000.000,00
28/12/2020	08/10/2022	adimplente	25000.176002/2020-51	257001	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde	155009	703.370,92
28/12/2020	10/05/2022	adimplente	25000.175998/2020-88	257001	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde	155009	(51.171,27)
28/12/2020	10/05/2022	adimplente	25000.175998/2020-88	257001	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde	155009	(1.524.697,85)
28/12/2020	10/05/2022	adimplente	25000.175998/2020-88	257001	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde	155009	1.575.869,12
29/12/2020	31/03/2023	adimplente	25000.178691/2020-39	257001	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde	155901	622.160,00
10/12/2021	09/12/2022	adimplente	23077143475202134	153103	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	155015	(398.736,00)
10/12/2021	09/12/2022	adimplente	23077143475202134	153103	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	155015	398.736,00
04/10/2013	16/01/2014	adimplente	786	152734	Coord-Geral de Sup. a Gestão. Orcament/Spo/Mec	155007	2.250.000,00
30/10/2014	30/10/2018	adimplente	23096.035140/15-09	158195	Universidade Federal de Campina Grande	155007	2.000.000,00
01/03/2016	15/07/2016	adimplente	23125.004368/2015-21	154215	Fundação Universidade Federal do Amapá	155007	516.338,55
03/05/2018	31/12/2018	adimplente	23108.936473/2018-81	154070	Hospital Universitário Júlio Müller	155019	26.000,00
05/06/2018	30/03/2021	adimplente	25000.074204/2018-45	257001	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde	155015	100.000,00
11/07/2018	24/12/2021	adimplente	25000.112877/2018-19	257001	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde	155013	209.723,35
10/08/2018	31/12/2018	adimplente	23108.959722/2018-15	154070	Hospital Universitário Júlio Müller	155019	80.000,00
30/08/2018	06/09/2022	adimplente	25000.120140/2018-61	257001	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde	155014	422.951,11
03/10/2018	31/12/2018	adimplente	23108.977391/2018-97	154070	Hospital Universitário Júlio Müller	155019	100.000,00
11/12/2019	11/06/2020	adimplente	23525.017941/2019-87	153047	Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes	155012	218.740,00
							11.253.055,66

Obrigações com Entidades Federais, Estaduais ou Municipais – Registra os valores exigíveis de curto prazo, decorrentes de reembolso de despesas de pessoal cedido à EBSERH.

Outros Consignatários – Consignações retidas pela entidade, sujeitas a recolhimentos ou pagamentos aos favorecidos.

16. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO A PAGAR

Contratos de Arrendamento	31.03.2023	31.12.2022
Circulante - Curto Prazo	9.546.652,95	11.621.766,85
Não Circulante - Longo Prazo	14.078.776,26	13.862.003,62
Total	23.625.429,21	25.483.770,47

Compreendem as obrigações referentes a arrendamentos mercantis, nos quais não são transferidos ao arrendatário os riscos e benefícios inerentes à propriedade, não havendo a possibilidade de opção de compra do bem arrendado. Compreende a contrapartida do Direito de Uso de Bens Imóveis registrado no intangível.

No arrendamento de curto prazo, a rubrica se refere a obrigações a pagar sobre contratos de locação e aluguel de bens móveis e imóveis, classificados como contratos de arrendamentos no ativo, com base na vigência contratual, em conformidade com a NBC TG 06 (R3).

No arrendamento de longo prazo, o saldo é atualizado conforme relatório de execução de contratos de arrendamento, emitido no sistema Comprasnet e-Contratos e parametrizado pela contabilidade (contratos de longo prazo com valores relevantes), também conforme a NBC TG 06 (R3).

Para mais detalhamento sobre a variação no período, consulte a Nota Explicativa 11 – Intangível.

17. RECEITA DIFERIDA – SUBVENÇÕES

Subvenções de Custeio SUS a Realizar	31.03.2023	31.12.2022
VPA Diferida	2.059.718.796,12	740.227.444,60

Esta Variação Patrimonial Aumentativa representa o diferimento de subvenções de receitas SUS disponíveis para aplicação de custeio nos Hospitais Universitários sob gestão da EBSERH. Compõe-se do saldo da previsão orçamentária a aplicar no valor de R\$ 1.563.888.358,50, somado ao saldo de disponibilidades orçamentárias de exercícios anteriores R\$ 184.141.831,38, somado ao saldo de estoque a ser utilizado na prestação de serviços no âmbito do SUS, de R\$ 311.688.606,24.

O registro das subvenções a aplicar busca alcançar um equilíbrio entre os recursos recebidos ou a receber que geraram receita no momento dos registros e serão, obrigatoriamente, aplicados no custeio das atividades dos hospitais da EBSERH, gerando despesas quando de sua aplicação.

A Subvenção de Custeio SUS a Realizar tem como base o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais e a Nota Técnica SEI nº 21/2019/SC/CCF/DOF-EBSERH, Processo nº 23477.005266/2019-66 (documento SEI nº 1678224).

A base de cálculo para registro e atualização da Subvenção de Custeio SUS a Realizar é fornecida pelos Serviços de Gestão Financeira, de Execução Orçamentária e Financeira e de Planejamento Orçamentário, subordinados à Diretoria de Orçamento e Finanças.

18. CONTINGÊNCIAS PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS

Passivos Contingentes Prováveis	31.03.2023	31.12.2022	A.H
Provisão para Indenização Trabalhista	392.967.516,89	400.823.173,84	-2%
Provisão para Indenização Cível	41.023.015,15	47.940.975,80	-14%
Total	433.990.532,04	448.764.149,64	-3%

Passivos Contingentes Possíveis	31.03.2023	31.12.2022	A.H
Provisão para Indenização Trabalhista	273.773.351,97	277.881.026,79	-1%
Provisão para Indenização Cível	161.448.003,01	191.368.424,59	-16%
Total	435.221.354,98	469.249.451,38	-7%

Passivos Contingentes Remotos	31.03.2023	31.12.2022	A.H
Provisão para Indenização Trabalhista	54.570.880,48	58.977.501,34	-7%
Provisão para Indenização Cível	42.359.265,04	57.450.143,56	-26%
Total	96.930.145,52	116.427.644,90	-17%

Houve uma queda nas provisões, o que demonstra a diminuição de demandas judiciais em que a EBSERH figura como parte devedora.

A atualização do provisionamento de duas ações coletivas trabalhistas, que transitam em julgado no valor conjugado de R\$ 99 milhões e se encontram em fase de liquidação/execução, impactaram de forma significativa a variação das demandas classificadas como prováveis.

As provisões de riscos fiscais e passivos contingentes estão relacionadas às ações judiciais vinculada aos seguintes temas:

Natureza Trabalhista Provável – Adicional de insalubridade; majoração do adicional de insalubridade; horas extras; férias em dobro; desvio de função; transferência.

Natureza Trabalhista Possível – Responsabilidade subsidiária; verbas trabalhistas de terceirizados; horas extras; benefícios; intervalos; acidente de trabalho; redução de jornada; reintegração.

Natureza Cível Provável – Sanções administrativas; questões relacionadas à concurso público, como pontuação de provas e títulos, nomeação e reclassificação; acúmulo de vínculo; erro médico; realização de procedimento e serviços médicos; danos materiais e morais; teto salarial.

Natureza Cível Possível – Questões relacionadas a concurso público; anulação do contrato de gestão da EBSERH com Universidades; residência médica; erro médico; acúmulo de vínculo; licitação; danos materiais e morais; realização de serviço assistencial médico; desvio de função de servidor; teto salarial.

As provisões de contingências passivas, com vistas a atender ao regime de competência, são quantificadas por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas relacionadas à probabilidade de eventos passados, podem, eventualmente, apresentar variações nos valores reais.

A atualização das provisões de riscos fiscais encontra-se normatizada na Ordem de Serviço - SEI nº 1/2017/CONJUR/PRES, de 17 de outubro de 2017, sob a gestão da Consultoria Jurídica da EBSERH, que utiliza o seguinte método de análise do prognóstico das ações judiciais:

Provável: “Ação que há maior probabilidade de a EBSERH perder. A demanda será classificada como “provável” quando houver decisão judicial parcial ou totalmente desfavorável aos interesses da Empresa”.

Possível: “A chance de perder é menor que provável. A demanda será classificada como “possível” quando ainda não houver decisão judicial, mas é possível que ela venha a ser contrária aos interesses da Empresa”.

Remota: “Pequena chance de a EBSERH perder. A demanda será classifica como “remota” quando há decisão judicial favorável aos interesses da Empresa ou a obrigação já tenha sido devidamente cumprida”.

Entende-se que a metodologia adotada pela Consultoria Jurídica atende ao estabelecido pela norma contábil CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, por sua vez reflexos do IAS 38 (IFRS).

Quanto à obrigatoriedade de divulgação, o normativo CPC 25 descreve que para as classificações “Prováveis” são necessários registro e divulgação no Balanço Patrimonial. Para a classificação “Possível” publica-se apenas detalhamento em nota explicativa, enquanto a classificação remota não possui exigência de divulgação.

19. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está representado pelo valor inicialmente subscrito e integralizado por ocasião da constituição da EBSEH, no valor de R\$ 5.000.000,00, mais integralizações de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), e capital exclusivo da União, conforme quadro abaixo:

Capital Social	DATA	31.03.2023
Capital Social Inicial - Registro SIAFI - 2012RA000001	2012	5.000.000,00
Integralização de AFAC - Ata AGE - SEI 7050134	2020	376.384.237,75
Integralização de AFAC - Ata AGE - SEI 16872481	2021	181.119.026,97
Integralização de AFAC - Ata AGE - SEI 23651206	2022	119.056.780,94
Total		681.560.045,66

O Capital Social da EBSEH no encerramento do período, registrado na Junta Comercial do Distrito Federal (JCDF) e atualizado na Receita Federal do Brasil (RFB), é de R\$ 681.560.045,66. Não houve integralização de capital no primeiro trimestre de 2023.

20. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	31.03.2023	31.12.2022
Saldo Anterior	243.593.865,39	133.905.374,31
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	52.721.151,01	228.745.272,02
Integralização de AFAC ao Capital Social	-	(119.056.780,94)
Total	296.315.016,40	243.593.865,39

Representa o aporte financeiro recebido para fins de investimento que aguarda processo de integralização ao Capital Social. Conforme orientação da Coordenação-Geral de Contabilidade da União (CCONT) e da Coordenação-Geral de Participações Societárias (COPAR) (macro função 021122), todos os aportes orçamentários e financeiros feitos pelo Governo Federal a partir de 2017 destinados a investimentos estão registrados na conta AFAC, no Patrimônio Líquido.

No exercício de 2023 houve o recebimento de R\$ 52.721.151,01 de aporte financeiro a título de AFAC que, somado ao valor não integralizado residual de 2022, totalizou R\$ 296.315.016,40.

21. PREJUÍZOS ACUMULADOS

O resultado acumulado é composto pelo somatório das contas Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores, Ajustes de Exercícios Anteriores e Resultado do Exercício, demonstrado a seguir:

Prejuízos Acumulados	31.03.2023	31.12.2022
Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(1.202.240.553,62)	(747.651.643,12)
Ajustes de Exercícios Anteriores	286.670.792,77	-
Resultado do Período	(24.310.108,35)	(454.588.910,50)
Total	(939.879.869,20)	(1.202.240.553,62)

Ressalta-se que, pelo fato de a EBSEH ser uma empresa pública dependente do governo federal, conforme explicitado nas Notas Explicativas 1 e 35, não há objetivo de auferir lucros. Os constantes resultados negativos, que se repetiram nos exercícios de 2015 a 2019, e de 2021 a 2023, foram ocasionados pelos registros de despesas com base no fato gerador (regime de competência). A situação não se repetiu nos períodos de 2013, 2014 e 2020, apenas por ter havido considerável aporte financeiro, combinado a uma apuração de resultado positivo ou prejuízo pequeno.

21.1 PREJUÍZOS ACUMULADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Representa o somatório de resultados negativos apurados pela Empresa, desde o exercício de 2014. O saldo negativo é reflexo do cumprimento da finalidade da Empresa, conforme a Lei nº 12.550/2021:

Art. 3º A EBSEH terá por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, a autonomia universitária.

Assim, não existe um olhar crítico para o resultado apresentado, visto que a empresa não tem em sua essência o auferimento de lucros para distribuição de dividendos.

21.2 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior que não possa ser atribuído a fatos subsequentes.

No caso concreto, em 2023, A Ebserh detectou a necessidade de mudar o critério de diferimento da receita, incluído no diferimento o passivo com contribuições previdenciárias que esteja reconhecido pelo regime de competência.

No encerramento do exercício de 2022, a principal variação em ajustes de exercícios anteriores é decorrente de registro de um passivo e de uma despesa com encargos de FGTS, de R\$ 58.160.562,31, e de INSS, de R\$ 232.425.443,09, totalizando R\$ 290.586.005,40. A contrapartida financeira (receita) para

quitação das obrigações ocorreu em 2023. O descompasso entre o registro da despesa (realizado em 2022) e a geração da receita (realizada em 2023) proporcionou uma distorção significativa no resultado da empresa.

A intempestividade ocorreu devido à utilização do regime misto de contabilização no Siafi (despesa por competência e receita por caixa), tal qual proposto pela Lei 4.320/64, fazendo com que tenham sido reconhecidas obrigações patronais em dezembro de 2022, no total de R\$ 290.586.005,40, sem o reconhecimento dos devidos recursos financeiros, que só seriam recebidos por meio de cotas em janeiro de 2023, quando da realização do pagamento, registrando então uma receita. Há, adicionalmente, um valor devedor de R\$ 3.915.272,63 decorrente de despesas com contratos de serviços de exercícios anteriores, totalizando R\$ 286.670.732,77 de ajustes de exercícios anteriores.

Para se adequar à legislação societária, conforme a Lei 6.404/76, e seguir o regime de competência, foi realizado em 2023 um ajuste de exercício anterior, de forma que as receitas e despesas correspondentes estejam registradas na mesma competência. O ajuste teve como objetivo o regime de competência e, ao mesmo tempo, apresentar resultados contábeis fidedignos para a entidade.

21.3 RESULTADO DO EXERCÍCIO

Representa o confronto entre receitas, despesas, ganhos e perdas em um determinado período de competência. O resultado aponta que as receitas e ganhos foram inferiores às despesas e perdas apropriadas ao período, apurando-se um prejuízo.

Ressalta-se que mesmo quando é apresentado resultado negativo, não há comprometimento das atividades desempenhadas pela entidade já que, sempre que necessário, o Governo Federal realiza aportes financeiros para quitar as obrigações com terceiros e com os colaboradores.

22. RECEITA BRUTA

Receita Bruta	31.03.2023	31.03.2022
Exploração de Bens, Direitos e Serviços	22.859.263,62	27.401.010,90
Restituições	723.572,50	-
Total	22.859.263,62	27.401.010,90

Corresponde à receita auferida com a atividade desenvolvida pela entidade. No caso concreto da EBSERH, a Receita Bruta tem origem no recebimento de financeiro de Receitas de Serviços e Exploração Patrimonial, por intermédio de GRU, e apropriações de direitos a receber, registrados a partir da prestação de serviços de saúde no âmbito do SUS, e outros serviços.

23. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Por se tratar de prestação de serviços, não há lapso temporal entre a atenção à saúde e o direito ao faturamento SUS, pois os custos se transformam em despesas no próprio momento de sua ocorrência. Está em análise na EBSERH um sistema de gerenciamento de custos para informação gerencial referente àquelas despesas que se relacionam mais diretamente às receitas de contratualização SUS.

24. DESPESA COM PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS

Executada de forma centralizada na Matriz, a despesa de pessoal atende a gestão de pessoas das 39 filiais e da Sede administrativa. A maior parte das despesas da EBSERH é com pessoal, encargos e benefícios a pessoal. A despesa com gestão de pessoas representa 70% de toda a despesa da Empresa.

24.1 REMUNERAÇÃO A PESSOAL

Remuneração a Pessoal	31.03.2023	31.03.2022
Vencimentos e Salários	836.639.209,30	666.035.375,22
Adicionais	153.869.350,28	137.979.512,40
Gratificações	51.424.828,18	43.863.398,15
Férias	38.192.281,70	9.544.492,67
13º Salário - RGPS	115.564.937,46	86.732.868,31
Sentenças Judiciais - Ativo Civil	8.790.184,90	13.951.592,06
Total	1.204.480.791,82	958.107.238,81

24.2 ENCARGOS PATRONAIS

Encargos Patronais	31.03.2023	31.03.2022
Contribuições Previdenciárias	304.699.026,21	262.207.534,41
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	85.696.978,99	71.448.737,13
Total	390.396.005,20	333.656.271,54

24.3 BENEFÍCIOS A PESSOAL

Em razão do advento da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), da necessidade de esclarecimentos sobre os pagamentos de benefícios de pessoal e de acordo com o art. 22 do Regulamento de Pessoal da EBSERH, entende-se por "benefício" a vantagem *in natura* ou pecuniária, paga diretamente ou indiretamente ao empregado, quando obedecidos os critérios estabelecidos para sua concessão no Plano de Benefícios aprovado para a EBSERH e firmado no Acordo Coletivo de Trabalho. Conforme estabelecido em normas internas, os benefícios espontâneos concedidos pela EBSERH são:

Benefícios a Pessoal	31.03.2023	31.03.2022
Auxílio Alimentação	65.957.470,57	60.626.900,40
Auxílio Transporte	1.983.979,33	1.665.023,65
Ajuda de Custo	50.674,69	-
Assistência à Saúde	14.503.765,96	14.222.936,33
Auxílio Creche	7.018.583,53	6.707.444,94
Auxílio Deficiente - Acordo Coletivo	725.948,07	515.743,91
Total	90.240.422,15	83.738.049,23

24.4 OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

Outras Despesas com Pessoal e Encargos	31.03.2023	31.03.2022
Indenizações e Restituições Trabalhista	(93.507,30)	38.954.808,76
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	178.987,85	38.915,93
Total	85.480,55	38.993.724,69

Indenizações e Restituições Trabalhistas – Evidencia o pagamento de verbas indenizatórias e de rescisão contratual. O período de 2022, coincidiu com a rescisão de contratos de pessoal temporário para atendimento das medidas emergenciais da Covid-19, por essa razão observa-se um saldo elevado. Em 2023, até o encerramento do trimestre, o saldo seria em torno de R\$ 4 milhões, porém houve uma reclassificação da despesa para contas de gastos com pessoal. A reclassificação foi processada em valor maior que o saldo disponível, acarretando a inversão da conta, que será corrigida no trimestre posterior.

Pessoal Requisitado de Outros Órgãos – Registra a despesa com reembolso de pessoal cedido por outros órgãos ou entes à EBSERH.

25. USO DE MATERIAL DE CONSUMO

Uso de Material de Consumo	31.03.2023	31.03.2022
Consumo de Materiais Estocados	155.507.927,96	134.004.676,98
Consumo de <i>Softwares</i> de Base	22.797,17	9.445,50
Consumo de Combustíveis e Lubrificantes	740.942,20	1.420.623,24
Consumo de Gêneros de Alimentação	4.122.194,32	4.001.570,64
Consumo de Material de Processamento de Dados	144.662,84	533.286,39
Consumo de Material Farmacológico	86.941.746,85	69.449.530,09
Consumo de Material Hospitalar	75.496.280,00	56.239.098,26
Consumo de Material para Produção	-	25,62
Material de Consumo Imediato	8.871.486,46	4.787.139,74
Consumo de Outros Materiais	186.069,79	628.282,86
Distribuição de Material Gratuito	11.713.124,94	-
Perdas Involuntárias com Estoques	17.318.675,75	2.697.212,02
Perdas Involuntárias com <i>Softwares</i>	128.666,67	-
Total	361.194.574,95	273.770.891,34

Consumo de Materiais Estocados, Consumo de Material Farmacológico, Consumo de Material Hospitalar – O consumo de materiais tem maior impacto nas naturezas de despesas de Consumo de Material Farmacológico, Consumo de Material Hospitalar e Consumo de Materiais Estocados, visto que são matérias primas essenciais para a prestação do serviço hospitalar. A conta de Consumo de Materiais Estocados representa os estoques classificados sem o detalhamento por natureza de despesa e contém todos os tipos de despesas de bens de material de consumo do grupo. Destaca-se que o grupo de material gratuito se refere a material médico ou medicamento com origem em processos de judicialização distribuídos aos pacientes indicados nos processos judiciais.

Perdas Involuntárias com Estoques – Registra o desfazimento físico involuntário de bens do estoque, cujos registros foram realizados com base em relatórios de inventários periódicos e relatórios de movimentação de almoxarifados.

26. SERVIÇOS TOMADOS

Compreendem as despesas provenientes da prestação de serviços fornecidos a entidade, como demonstrado a seguir:

Serviços Tomados	31.03.2023	31.03.2022
Diárias, Serviço de Transporte, Passagem e Hospedagem	2.144.655,33	1.283.221,67
Serviços Técnicos, de Apoio Administrativo e Operacional	276.288.094,70	261.866.864,46
Serviços Educacionais e Culturais	464.826,47	1.774.350,04
Sentenças Judiciais - Serviços de Terceiros	1.257.242,15	184.140,25
Serviços de Comunicação, Gráficos e Audiovisuais	806.765,95	2.551.557,01
Serviço de Água, Esgoto, Energia Elétrica e Gás	29.972.069,28	36.455.031,77
Fornecimento de Alimentação	19.648.989,99	16.108.768,17
Locação e Arrendamentos	7.179.617,22	8.643.665,67
Total	337.762.261,09	328.867.599,04

Diárias, Serviço de Transporte, Passagem e Hospedagem – Registra a despesa com utilização de diárias pagas aos servidores, empregados públicos e colaboradores eventuais, despesas com passagem aéreas e terrestres, hospedagem, alimentação e locomoção urbana.

Serviços Técnicos, de Apoio Administrativo e Operacional – Representa o custeio com a contratação de serviços de terceiros com a finalidade de manutenção da capacidade operacional da EBSERH. O aumento da despesa decorre da atualização monetária prevista nos contratos vigentes e a manutenção dos serviços necessários para a gestão dos Hospitais Universitários.

Serviços Educacionais e Culturais – Registra as despesas provenientes da utilização de serviços de conferências, exposições, espetáculos e estágios, incluindo ressarcimento de percentual de mensalidade de cursos de graduação, pós-graduação e língua estrangeira. Registra, também, o auxílio transporte concedido aos estagiários e as despesas com concurso público para recrutar empregados.

Sentenças Judiciais – Serviços de Terceiros – Valores pagos a título de custas processuais.

Serviços de Comunicação, Gráficos e Audiovisuais – Em sua grande parte, despesa com publicação de matéria em Diário Oficial, além de gastos com telefonia.

Serviços de Água e Esgoto, Energia Elétrica e Gás – Representa as despesas com os concessionários de serviços de fornecimento de água, energia elétrica, gás e tratamento de esgoto.

Fornecimento de Alimentação – Representa a despesa com a contratação de serviço de fornecimento de alimentação nas unidades que não têm ou não utilizam refeitório próprio.

Locação e Arrendamentos – Registra o impacto da despesa com contratos classificados como aluguel, locação e arrendamento. São despesas de locação de bens móveis, tais como equipamentos, máquinas e aparelhos, e bens imóveis no âmbito da EBSERH.

27. DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E IMPAIRMENT

Depreciação, Amortização e Impairment	31.03.2023	31.03.2022
Depreciação de Bens Móveis	13.754.343,32	11.804.335,92
Amortização de Intangível	5.635.459,72	1.421.778,04
Amortização de Imobilizado	-	47.788,62
Redução ao Valor Recuperável	-	4.769,43
Total	19.389.803,04	13.278.672,01

A depreciação e a amortização representam a perda de valor de um imobilizado ou intangível decorrente de seu uso, do desgaste natural ou de sua obsolescência. A variação positiva da depreciação decorre do aumento patrimônio e a depreciação linear do ativo imobilizado e intangível. Para mais informações, vide Notas Explicativas 10 e 11.

28. PERDAS INVOLUNTÁRIAS E DESFAZIMENTOS

Perdas Involuntárias e Desfazimentos	31.03.2023	31.03.2022
Perdas Involuntárias de Bens Móveis	3.620.248,74	2.899.918,97

Registram as perdas e o desfazimento físico involuntário de bens móveis, como os que resultam de sinistros, extravios ou outras formas de perdas, ou regularização devido a registro de entrada de bens em duplicidade.

29. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Despesas Tributárias	31.03.2023	31.03.2022
Contribuição para o Serviço de Iluminação	94.187,06	107.638,67
Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU	22.468,49	41.179,29
Imposto sobre Propriedade de Veículo - IPVA	2.476,16	3.655,25
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	-	262,22
Taxas	379.140,54	357.804,33
Total	498.272,25	510.539,76

Contribuição Para Serviço de Iluminação Pública – Apropriação de despesa de contribuição de iluminação pública.

Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU) – Apropriação da despesa de IPTU em imóveis ocupado/locados pela EBSERH.

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) – Apropriação de despesa com IPVA.

Taxas – Despesa com taxa de limpeza pública, fiscalização e funcionamento, alvarás de funcionamento, fiscalização sanitária, análise de projetos e outras taxas.

30. OUTRAS DESPESAS

Outras Despesas	31.03.2023	31.03.2022
Bolsa de Estudos no País	128.439,36	226.753,68
Indenizações	66.833,79	123.673,89
Restituições	5.100,00	41.469,38
Contribuições	-	13.053,62
Total	200.373,15	404.950,57

Bolsa de Estudos no País e Auxílio a Pesquisadores – Auxílio financeiro a pesquisadores e estudantes para desenvolvimento de projeto nos Hospitais Universitários.

Indenizações – Representam reembolsos a empregados por pagamentos de despesas da EBSERH, ressarcimentos de transporte mobiliário de empregados movimentados por interesse da Empresa e outros ressarcimentos.

Restituições – Compreendem pagamentos de reembolso de despesas e devolução de financeiro a parceiros para execução de termo de cooperação técnica.

Contribuições – Registram o valor utilizado para transferências correntes e de capital aos entes da federação e a entidades privadas sem fins lucrativos, exceto para os serviços essenciais de assistência social, médica e educacional.

31. RECEITAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	31.03.2023	31.03.2022
Multas Administrativas	379.733,42	1.017.320,64

A conta Receitas Financeiras é composta por multas administrativas, que representam a arrecadação de valores relativos à quebra de contrato por parte dos fornecedores de serviço ou material, que por descumprimento de cláusulas contratuais foram autuados e multados.

32. DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Financeiras	31.03.2023	31.03.2022
Multas	158.746,10	243.972,57
Juros	35.072,40	20.467,96
Encargo Financeiros	13.680,86	11.593,81
Total	207.499,36	276.034,34

Multas e Juros – Apresentam os pagamentos de multas e juros relacionados aos atrasos no recolhimento de tributos retidos e multas administrativas originárias de autuação dos órgãos de fiscalização e controle, em especial o Ministério de Trabalho e Emprego (MTE). Registra também as despesas com multas administrativas por descumprimento de obrigação com fornecedores. Em 2022 há um saldo maior, pois a EBSERH incorreu em multa sobre obrigações legais do e-Social.

Encargos Financeiros – Referem-se a descontos financeiros concedidos em recebimentos de Guia de Recolhimento da União (GRU).

33. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

Receita de Subvenções	31.03.2023	31.03.2022
Subvenção do Tesouro Nacional	1.937.765.595,57	1.536.420.435,55
Subvenção de Custeio SUS	422.761.031,34	422.621.480,55
Total	2.360.526.626,91	1.959.041.916,10

A EBSEERH recebeu o montante de R\$ 2,3 bilhões a título de Subvenções, que representa 99% dos recursos totais recebidos.

As receitas advindas das Subvenções Governamentais, registradas em conformidade com CPC 07 (R1), são oriundas da política pública do Ministério da Educação (MEC) e da União, além de outros entes governamentais, para manutenção e desenvolvimento dos Hospitais Universitários Federais sob gestão da EBSEERH. As Subvenções têm como objetivo principal cobrir os gastos com despesa de pessoal, encargos patronais e benefícios pagos a empregados. As Subvenções SUS são recursos recebidos pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) para subvencionar os serviços prestados à sociedade no âmbito do SUS. Para mais informações, vide Nota Explicativa 17.

34. RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA

Não há apuração da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto Sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) em razão do resultado apresentado ser negativo.

35. RESULTADO DO PERÍODO

A Demonstração do Resultado evidencia o que é apurado pelo confronto entre receitas e despesas no período, refletido no Resultado do Exercício. O Resultado é o somatório das Receitas de Serviços e Exploração de Patrimônio, Aplicações Financeiras, Subvenções Oriundas do Orçamento Geral da União e Subvenções do FNS, deduzindo-se as Despesas Operacionais, tais como Pessoal, Diárias, Assessoria, Aluguéis, Serviços de Terceiros, Despesas Patrimoniais, Provisões de Pessoal, Passivos etc.

O prejuízo de R\$ 24.310.108,35 apurado no período ressalta o caráter de empresa pública dependente da EBSEERH, destacando sua característica assistencial, sem objetivo de obtenção de lucro. Em caso de apuração de resultado positivo, a EBSEERH estará obrigada a recolher imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, com conseqüente retirada de recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, que já é deficitário.

36. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em atendimento aos normativos legais, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da EBSEERH, que são conceituadas conforme o item 9 do Pronunciamento CPC 5 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas:

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis (neste Pronunciamento Técnico, tratada como “entidade que reporta a informação”).

(a) Uma pessoa, ou um membro próximo de sua família, está relacionada com a entidade que reporta a informação se:

(i) tiver o controle pleno ou compartilhado da entidade que reporta a informação;

(ii) tiver influência significativa sobre a entidade que reporta a informação; ou

(iii) for membro do pessoal chave da administração da entidade que reporta a informação ou da controladora da entidade que reporta a informação. [...]

Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

36.1 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Apresenta-se abaixo o detalhamento com totalizadores contendo os valores com partes relacionadas da EBSEERH com órgãos superiores em 31/03/2023, executados pela Gestão EBSEERH, com finalidades de manutenção dos serviços hospitalares (despesa com pessoal, material de consumo e serviços) e investimento na capacidade operacional (aquisição de equipamentos e investimento em imóveis hospitalares).

Partes Relacionadas	Relacionamento	Despesa Liquidada por Unidade Orçamentária até 31.03.2023	Valor (R\$)
Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Instituições Federais de Ensino Superior	Relevância significativa na Ebserh	MEC	944.107.753,91
		MS	312.818.348,30
		EBSEERH	1.501.658.624,04

Exercem influência significativa nas políticas financeiras e operacionais da entidade, pois indicam membros para compor o conselho de administração da empresa.

A EBSERH realiza contratos de gestão com as Universidades Federais, tais quais os apresentados abaixo. A finalidade é a administração dos Hospitais Universitários, compreendendo a oferta, à população, de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como o apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, na forma e condições definidas em contrato e na lei nº 12.550/2011, vedado o atendimento de pacientes de convênios e particulares.

Região		HUF	UG	
Centro-Oeste	Hospital das Clínicas, da Universidade Federal de Goiás	HC-UFG	155904	
	Hospital Universitário de Brasília, da Universidade de Brasília	HUB-UnB	155009	
	Hospital Universitário Júlio Muller, da Universidade Federal do Mato Grosso	HUJM-UFMT	155019	
	Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	HUMAP-UFMS	155124	
	Hospital Universitário, da Universidade Federal de Grande Dourados	HU-UFGD	155016	
Nordeste	Complexo Hospitalar, constituído pelo Hospital Universitário Walter Cândido (UHUWC) e pela Maternidade Escola Assis Chateaubriand (Meac), da Universidade Federal do Ceará	CH-UFC	155020	
	Hospital das Clínicas, da Universidade Federal de Pernambuco	HC-UFPE	155022	
	Hospital Universitário Ana Bezerra, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	HUAB-UFRN	155014	
	Hospital Universitário Alcides Carneiro, da Universidade Federal de Campina Grande	HUAC-UFCG	155914	
	Hospital Universitário Júlio Bandeira, da Universidade Federal de Campina Grande	HUJB-UFCG	155912	
	Hospital Universitário de Lagarto, da Universidade Federal de Sergipe	HUL-UFS	155910	
	Hospital Universitário Lauro Wanderley, da Universidade Federal da Paraíba	HULW-UFPB	155023	
	Hospital Universitário Onofre Lopes, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	HUOL-UFRN	155013	
	Hospital Universitário Professor Alberto Antunes, da Universidade Federal de Alagoas	HUPAA-UFAL	155126	
	Hospital Universitário Professor Edgard Santos, da Universidade Federal da Bahia	HUPES-UFBA	155907	
	Hospital Universitário, da Universidade Federal do Maranhão	HU-UFMA	155010	
	Hospital Universitário do Piauí, da Universidade Federal do Piauí	HU-UFPI	155008	
	Hospital Universitário, da Universidade Federal de Sergipe	HU-UFS	155017	
	Hospital de Ensino Doutor Washington Antônio de Barros, da Universidade Federal do Vale do São Francisco	HU-UNIVASF	155180	
	Maternidade Climério de Oliveira, da Universidade Federal da Bahia	MCO-UFBA	155906	
	Maternidade Escola Januário Cicco, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	MEJC-UFRN	155015	
	Norte	Complexo Hospitalar Universitário, constituído pelo Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB) e pelo Hospital Universitário Bettina Ferro de Sousa (HUBFS), da Universidade Federal do Pará	CHU-UFPA	155909
		Hospital de Doenças Tropicais, da Universidade Federal do Tocantins	HDT-UFT	155905
		Hospital Universitário, da Universidade Federal do Amapá	HU-UNIFAP	156956
Hospital Universitário Getúlio Vargas, da Universidade Federal do Amazonas		HUGV-Ufam	155018	
Sudeste	Hospital das Clínicas, da Universidade Federal de Minas Gerais	HC-UFMG	155021	
	Hospital de Clínicas, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro	HC-UFTM	155011	
	Hospital de Clínicas de Uberlândia, da Universidade Federal de Uberlândia	HC-UFU	156654	
	Hospital Universitário Antônio Pedro, da Universidade Federal Fluminense	HUAP-UFF	155915	
	Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes, da Universidade Federal do Espírito Santo	HUCAM-UFES	155012	
	Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	HUGG-UNIRIO	155911	
	Hospital Universitário, da Universidade Federal de Juiz de Fora	HU-UFJF	155903	
	Hospital Universitário, da Universidade Federal de São Carlos	HU-UFSCar	155900	
Sul	Complexo do Hospital de Clínicas, constituído pelo Hospital de Clínicas (HC) e pela Maternidade Vítor Ferreira do Amaral (MVFA), da Universidade Federal do Pará	CHC-UFPR	155902	
	Hospital Escola, da Universidade Federal de Pelotas	HE-UFPel	155901	
	Hospital Universitário Doutor Miguel Riet Corrêa Júnior, da Universidade Federal do Rio Grande	HU-FURG	155908	
	Hospital Universitário de Santa Maria, da Universidade Federal de Santa Maria	HUSM-UFSM	155125	
	Hospital Universitário, da Universidade Federal de Santa Catarina	HU-UFSC	155913	

36.2 PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, da Diretoria Executiva e, ainda, Coordenadores e Chefes de Serviço na Sede, Superintendentes, Gerentes, Chefes de Divisão e Chefes de Setor nas filiais. As remunerações aprovadas para esses administradores e por serviços nas respectivas áreas de competência são evidenciadas abaixo:

Remuneração e Pagamentos a Pessoal-Chave	31.03.2023	31.12.2022
Benefícios de Curto Prazo	14.835.109,32	137.876.412,55
Honorários e Encargos Sociais	14.835.109,32	137.876.412,55
Conselho de Administração	16.319,94	221.664,69
Conselho Fiscal	5.439,98	73.159,72
Comitê de Auditoria	8.159,97	73.439,73
Diretoria Executiva	137.240,24	2.897.988,87
Coordenadores	387.049,97	3.434.420,42
Chefes de Serviço	917.693,08	9.856.539,19
Superintendentes	982.687,82	7.522.760,82
Gerentes	2.428.994,89	19.169.116,22
Chefes de Divisão	3.442.059,24	33.332.466,62
Chefes de Setor	5.414.314,09	51.544.676,32
Assessor	265.394,48	1.921.498,52
Auditor	652.250,88	6.469.364,57
Ouvidor	177.504,74	1.359.316,86
Remuneração Variável (Pecúnia) e Encargos Sociais	-	-
Outros	-	-
Benefícios Motivados pelo Cessação do Exercício do Cargo	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-
Total	14.835.109,32	137.876.412,55

36.3 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

As remunerações pagas aos funcionários e à Administração da EBSERH estão apresentadas a seguir:

Valor das Remunerações		
Administradores	03.2023	12.2022
Maior	28.674,57	28.674,57
Menor	2.719,99	2.719,99
Média	11.887,35	11.887,35
Empregados		
	03.2023	12.2022
Maior	32.087,33	38.846,13
Menor	2.826,84	2.502,88
Média	8.025,13	7.882,29

37. CONCILIAÇÃO CONFORME ACÓRDÃO Nº 2016/2006 – TCU

Em atenção ao Acórdão nº 2016, de 2006, do Tribunal de Contas da União (TCU), as estatais dependentes divulgam a conciliação entre as Demonstrações Contábeis apresentadas de acordo com a Lei nº 6.404/1976 e aquelas promovidas conforme a Lei nº 4.320/1964, a saber:

Conciliação entre Lei 6.404/76 e Lei 4.320/64 extraída do SIAFI

Lei 6.404/76 - BP			Lei 4.320/64 - BP SIAFI		Diferenças apuradas entre as legislações	
ATIVO	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Circulante	2.940.768.397,63	1.690.017.716,33	2.794.163.225,47	1.690.017.716,33	146.605.172,16	-
Não Circulante	925.617.875,08	848.677.488,52	926.553.649,80	859.224.661,04	(935.774,72)	(10.547.172,52)
TOTAL DO ATIVO	3.866.386.272,71	2.538.695.204,85	3.720.716.875,27	2.549.242.377,37	145.669.397,44	(10.547.172,52)

Lei 6.404/76 - BP			Lei 4.320/64 - BP SIAFI		Diferenças apuradas entre as legislações	
PASSIVO	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Circulante	1.320.602.975,43	1.612.928.249,56	1.228.070.891,97	1.612.928.249,56	92.532.083,46	-
Não Circulante	2.507.788.104,42	1.202.853.597,86	2.648.589.495,84	1.202.853.597,86	(140.801.391,42)	-
Patrimônio Líquido	37.995.192,86	(277.086.642,57)	(155.943.512,54)	(266.539.470,05)	193.938.705,40	(10.547.172,52)
TOTAL DO PASSIVO	3.866.386.272,71	2.538.695.204,85	3.720.716.875,27	2.549.242.377,37	145.669.397,44	(10.547.172,52)

Lei 6.404/76 - BP			Lei 4.320/64 - BP SIAFI		Diferenças apuradas entre as legislações	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Capital Social	681.560.045,66	681.560.045,66	681.560.045,66	681.560.045,66	-	-
AFAC	296.315.016,40	243.593.865,39	296.315.016,40	243.593.865,39	-	-
Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(1.202.240.553,62)	(747.651.643,12)	(1.191.693.381,10)	(97.339.569,94)	(10.547.172,52)	(650.312.073,18)
Ajustes de Exercícios Anteriores	286.670.792,77	-	(3.915.212,63)	(7.199.654,44)	290.586.005,40	7.199.654,44
Resultado do Período	(24.310.108,35)	(454.588.910,50)	61.790.019,13	(1.087.154.156,72)	(86.100.127,48)	632.565.246,22
TOTAL DO PL	37.995.192,86	(277.086.642,57)	(155.943.512,54)	(266.539.470,05)	193.938.705,40	(10.547.172,52)

37.1 CONSIDERAÇÕES RELACIONADAS AO ATIVO

Ativo Circulante – Reconhecimento de receita em março de 2023 referente aos encargos de FGTS (R\$27.721.827,88) e de INSS (R\$118.883.344,28), no total de R\$ 146.605.172,16, cujo recebimento de recursos e registro ocorreram no SIAFI em abril de 2023.

Ativo não Circulante – Registro de Direito de Uso de Bens Imóveis e atualização de Amortização Acumulada referente a contratos de arrendamentos após o fechamento do SIAFI.

Ativo - Sistema Societário x Sistema SIAFI			
1.1.2.2.1.01.06	Faturas e Duplicatas a Receber - Prestação de Serviços	146.605.172,16	Reconhecimento de Receita em 03/2023
Total Circulante		146.605.172,16	
1.2.4.3.1.01.01	Direito de Uso de Bens Imóveis	2.111.472,27	Atualização de Arrendamento
1.2.4.8.1.03.00	Amortização Acumulada	(1.175.697,55)	Atualização de Amortização de Arrendamento
Total Não Circulante		935.774,72	

37.2 CONSIDERAÇÕES RELACIONADAS AO PASSIVO

Depósitos de Terceiros – Valor referente a reclassificação do Estoque a ser utilizado na prestação de serviços no âmbito do SUS, do tipo Assistencial (R\$ 36.461.088,60) e Judicializado (R\$ 77.466.478,33), no total de R\$ 113.927.566,93. Anteriormente o registro era realizado em conta de passivo 2.2.9.1.1.00.00 VPA – Diferida.

FGTS – Deduziu-se do passivo o valor de R\$ 27.721.827,88, em decorrência de registro em duplicidade em março de 2023.

Férias a Pagar – Atualização de férias a pagar, após fechamento do SIAFI, para conciliação de saldo contábil com relatório de controle.

Arrendamento – Atualização de passivo com arrendamento, após fechamento do SIAFI, para conciliação de saldo contábil com relatório de controle.

Passivo - Sistema Societário x Sistema SIAFI			
2.1.8.8.1.04.09	Depósitos de Terceiros	113.927.566,93	Reclassificação de VPA Diferida
2.1.1.4.1.06.00	FGTS	(27.721.827,88)	Estorno de registro em duplicidade
2.1.1.1.1.01.03	Férias a Pagar	4.387.810,03	Atualização de Provisão
2.1.8.3.1.00.00	Arrendamento a Pagar	1.938.534,38	Atualização de Arrendamento
Total Circulante		92.532.083,46	

VPA Diferida¹ – Reclassificação de estoque de material de consumo para depósito de terceiros referente a materiais recebidos de programas assistenciais e judicializados, no valor de R\$ 113.927.566,93.

VPA Diferida² – Diferimento de receita referente a material de consumo, após o fechamento SIAFI, para fins de conciliação de saldo de estoque e VPA diferida.

Arrendamento – Atualização de passivo com arrendamento, após o fechamento do SIAFI, para conciliação de saldo contábil com o relatório de controle.

Passivo - Sistema Societário x Sistema SIAFI			
2.2.9.1.1.00.00	VPA Diferida ¹	(113.927.566,93)	Reclassificação para Depósitos de Terceiros
2.2.9.1.1.00.00	VPA Diferida ²	(26.110.987,86)	Atualização do Passivo após fechamento do SIAFI
2.2.8.9.1.29.00	Arrendamentos a Pagar	(762.836,83)	Reclassificação para o curto prazo
Total Não Circulante		(140.801.391,62)	

37.3 CONSIDERAÇÕES RELACIONADAS AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A conciliação do Patrimônio Líquido demonstra o impacto do reconhecimento de receitas e despesas somente no SIAFI, ou somente no sistema contábil societário, em razão de limitações dos sistemas e de aspectos técnico-contábeis.

Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores – Essa conta representa os prejuízos dos resultados de exercícios apurados desde a constituição da Empresa. A diferença de R\$ 10,5 milhões entre os demonstrativos do SIAFI e os Societários está detalhada nas conciliações das Demonstrações Contábeis dos anos anteriores.

Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	
Diferenças de Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(10.547.172,52)

Ajuste de Exercícios Anteriores – Reconhecimento de receita de dezembro de 2022, referente aos encargos de FGTS (R\$ 58.160.562,31) e de INSS (R\$ 232.425.443,09), no total de R\$ 290.586.005,40, cujo recebimento e registro ocorreram apenas em janeiro de 2023.

Ajuste de Exercício Anterior	
Diferenças de Ajuste de Exercício Anterior	290.586.005,40

37.4 CONSIDERAÇÕES RELACIONADAS À DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

O resultado do período apurado no SIAFI diverge do resultado apurado na contabilização societária. As diferenças têm como causas as dificuldades operacionais em efetivar alguns tipos de registros no SIAFI, assim como a inviabilidade de registros e de retificações após o prazo de fechamento do sistema SIAFI. O sistema contábil societário é mais flexível quanto a isso.

As contas impactadas na conciliação do Resultado do Período estão listadas abaixo:

- Estorno de FGTS de 03/2023 devido a duplicidade de lançamento;
- Atualização de Provisão de Férias a pagar, com impacto na despesa com férias;
- Amortização de intagível referente a arrendamento;
- Reconhecimento de receita referente a encargos trabalhistas (INSS e FGTS) sobre a folha de pagamento de dezembro de 2022, na conta de Ajuste de Exercício Anterior, resultando na redução da Variação Patrimonial Aumentativa do exercício de 2023;
- Reconhecimento de receita referente a encargos trabalhistas de março de 2023, cujo registro constava em abril de 2023 (R\$ 146.605.172,16) e redução referente a atualização de passivo (VPA diferida com estoque) após o fechamento do SIAFI em 03/2023 (R\$ 26.110.987,86);
- A diferença apresentada em Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores refere-se ao tratamento contábil de desconhecimento de bens não localizados em 2022, no valor de R\$ 10.547.172,52. A mesma diferença ocorreu também no Resultado do Exercício devido ao reconhecimento em 2023, para fins de conciliação do saldo entre o demonstrativo público e o societário.

Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	
Diferenças de Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(10.547.172,52)
Total	(10.547.172,52)

Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido	
3.1.2.3.1.01.00 FGTS	(27.721.827,88)
3.1.1.2.1.05.00 Férias - RGPS	4.387.810,03
3.3.3.2.1.02.00 Amortização de Intangível	2.111.472,27
4.5.1.2.2.03.00 Movimentações de Saldos Patrimoniais	(290.586.005,40)
4.6.3.1.1.01.00 Ganhos com Incorporação de Ativos	172.716.159,82
4.6.3.9.2.01.00 Outros Ganhos com Incorporação de Ativos	10.547.172,52

Total	Diferenças do Resultado - Receitas Grupo 4 (-) Despesas Grupo 3	(86.100.127,48)
--------------	--	------------------------

2.3.7.2.2.03.00 Ajuste de Exercício Anterior	290.586.005,40
--	----------------

Total	Diferenças do Patrimônio Líquido	193.938.705,40
--------------	---	-----------------------

As divergências existentes entre o Patrimônio Líquido das Demonstrações Contábeis Societárias (Lei 6.404/76) e o das Demonstrações Contábeis Públicas (Lei 4.320/64) se resumem aos reflexos das movimentações ocorridas no valor de R\$ 193.938.705,40.

Os registros realizados no sistema societário têm como objetivo apresentar as Demonstrações Contábeis sob a primazia da essência sobre a forma, a fim de retratar fielmente o resultado da Empresa e sua composição patrimonial.

ARTHUR CHIORO
Presidente

MÁRCIA SUZANNA DUTRA ABREU BORGES DA FONSECA
Diretora de Orçamento e Finanças

WASLEI JOSÉ DA SILVA
Coordenador de Contabilidade

ALEX RODRIGUES BATISTA
Chefe de Serviço de Contabilidade
Contador CRC/DF 024898/O

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
SCS Quadra 9, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre C, 1º ao 3º andares - Bairro
Asa Sul
Brasília-DF, CEP 70308-200
(61) 3255-8900 - <http://www.ebserh.gov.br>

Despacho - SEI

Processo nº 23477.012250/2023-96

Interessado: Órgão Estatutários EBSERH

Assunto: **Demonstrações Contábeis Consolidadas - 1º Trimestre de 2023**

Senhora Secretária Geral,

1. Trata-se dos encaminhamentos referentes a tramitação e análise das Demonstrações Contábeis pelos órgãos estatutários.
2. Considerando o Anexo - Comentários - COAUD (32066373) em que constam as observações sugeridas por membros do Comitê de Auditoria;
3. Considerando alinhamento técnico realizado entre a Diretoria de Orçamento e Finanças e o Comitê de Auditoria, registrado na 100ª Reunião do Comitê.
4. Informamos a realização de retificação formal nas Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis - 1T2023 (31479447):
 - a) Nota 4 - Recursos da Conta Única Aplicados;
 - b) Nota 4 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - Ordem de Pagamento;
 - c) Nota 8 - Quadro material de consumo, a linha Variação Cambial Negativa;
 - d) Nota 10.2 - Bens Imóveis;
 - e) Nota 21.3 - Resultado do Período.
5. As retificações nas Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis são de caráter formal, não alteram o patrimônio e o resultado da empresa no período.
6. A Diretoria de Orçamento e Finanças envidará esforços em implementar, nas próximas Demonstrações Contábeis, as demais observações sugeridas pelo COAUD.
7. Diante do exposto, apresentamos o Relatório das Demonstrações Contábeis para o período do 1º trimestre de 2023 (32336640) com as devidas atualizações mencionadas no item 4.

Atenciosamente,

1. Encaminhe-se à Diretoria de Orçamento e Finanças para manifestação, com sugestão de encaminhamento na forma proposta.

(assinado eletronicamente)
ALEX RODRIGUES BATISTA
Contador CRC/DF 024889/O-4
Chefe do Serviço de Contabilidade
Coordenador de Contabilidade - Substituto

1. De acordo.
2. Encaminhe-se na forma proposta.

(assinado eletronicamente)
MÁRCIA SUZANNA DUTRA ABREU BORGES DA FONSECA
Diretor de Orçamento e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **Márcia Suzanna Dutra Abreu Borges da Fonsêca, Diretor(a)**, em 23/08/2023, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alex Rodrigues Batista, Chefe de Serviço**, em 23/08/2023, às 19:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **32317238** e o código CRC **390529E4**.

Referência: Processo nº 23477.012250/2023-96 SEI nº 32317238